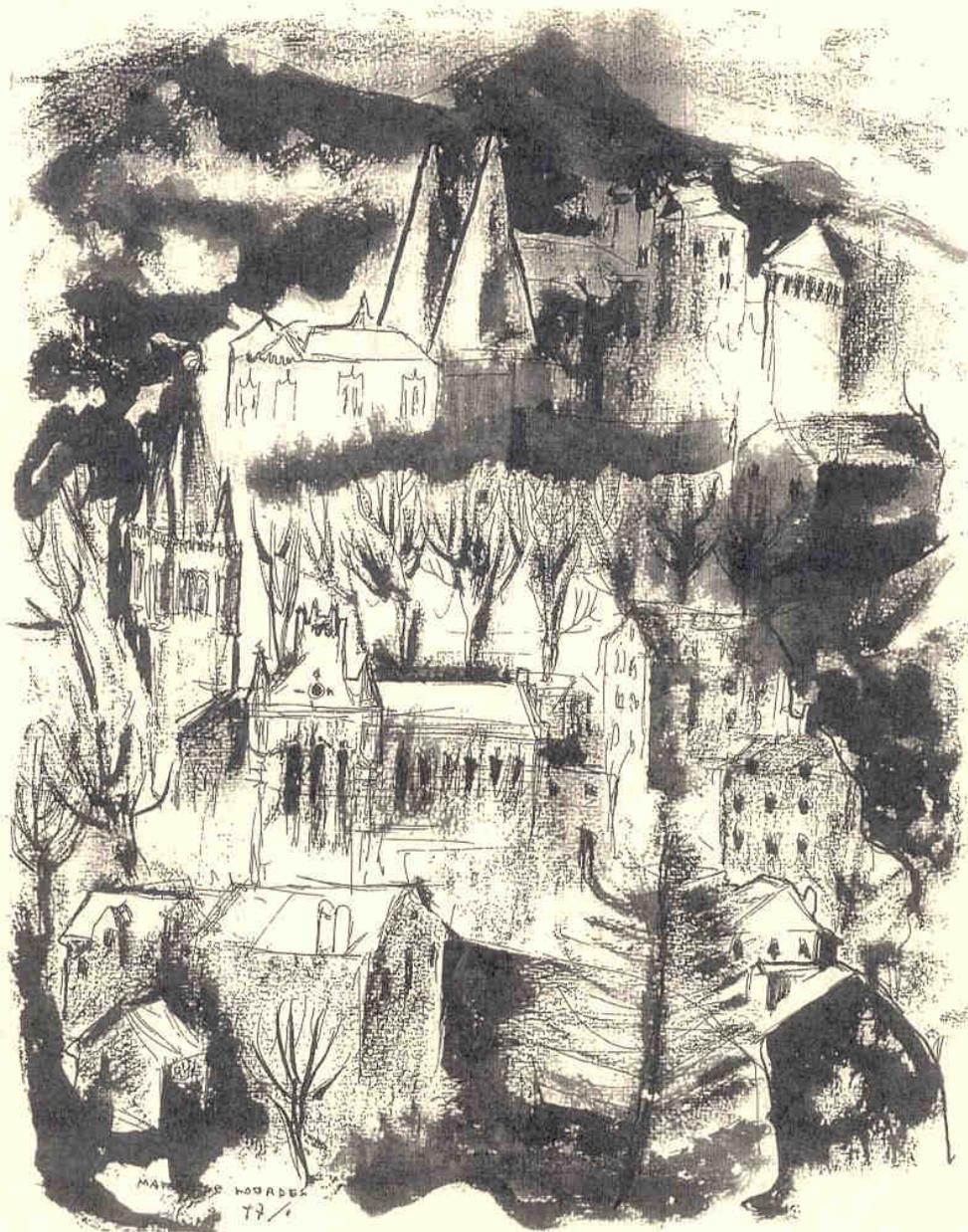


Boletim Comemorativo

25º Aniversário da Associação de Defesa do Património de Sintra

2005 - 2006 - N.º 5 - 2ª Série



PATRIMÓNIO



A Associação de Defesa do Património de Sintra é uma Associação sem fins lucrativos e que tem por objectivos a detecção, divulgação e valorização do Património Cultural do Concelho de Sintra, como da protecção do meio ambiente do referido Concelho na diversidade que naturalmente o caracteriza.

Ao longo de 25 anos tem mantido com rigor a maior independência e prosseguido o fim para que foi instituída.

A Direcção



Sócios Fundadores

(da lista de presenças da reunião de 22/11/1980)

Anisabel Maria da Conceição Dias Maia de Victória Pereira
Vítor Manuel Silva Ramos
Paulo Alexandre Dias Maia de Victória Pereira
(ilegível)
(ilegível)
Jaime Firmino
(ilegível)
Carlos Silva Bordado
Gonçalo de Mello Guimarães
António Henriques Barata
D. Miguel de Bragança
(ilegível)
Vasco Cabral da Câmara
Amadeu de Lemos
Ricardo Teixeira Duarte

Presidentes da Direcção

D. Miguel de Bragança
Carlos Silva Bordado
Vasco Cabral da Câmara
Major-General Machado de Sousa
Adriana Jones

Sócios Honorários

Anjos Teixeira (filho)
António Mata
Carlos de Oliveira Carvalho
José Alfredo da Costa Azevedo
José Cardim Ribeiro
Vítor Veríssimo Serrão

Associação de Defesa do Património de Sintra

Acta da Reunião realizada no dia 22-11-80

No dia acima referido, realizou-se na Quinta de S. Pedro de Chão-de-Meninos a reunião constitutiva com a aprovação de estatutos desta Associação.

Os filiados ou associados desta associação que estavam presentes constam da lista anexa.

Do discutido:

1-Noneação de uma comissão directiva com funções instaladoras. Os membros desta comissão directiva eleitos pela totalidade dos membros presentes, são:

Presidente: Sr. D. Miguel de Bragança.

Vice-Presidente: Gonçalo de Mello Guimarães.

1º Secretário: Carlos Bordado.

2º Secretário: Sra. Engª Ilda Mello

Tesoureiro: Victor da Silva Ramos

Vogal: Paulo Alexandre Dias Maia de Victória Pereira.

2-Debate de assuntos vários a tratar por esta Associação.

3-Contacto com Associações congéneres.

4-Discussão dos tipos de filiados ou associados e respectivos valores de cotas., anuais.

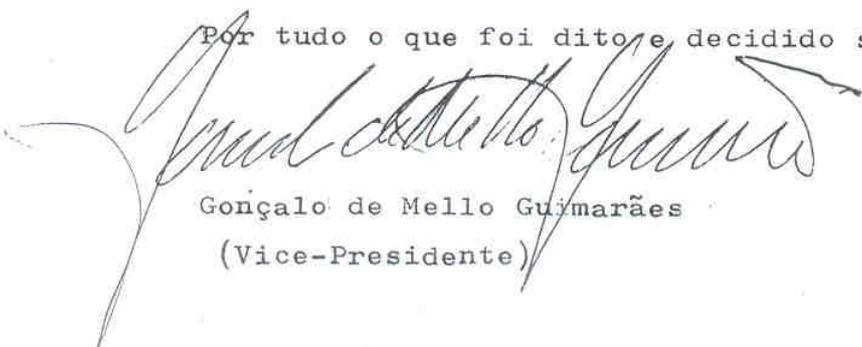
As categorias serão respectivamente:

Sócio Normal: 240\$00

Sócio "Amigo": 500\$00

Sócio Benemérito: 1000\$00

Por tudo o que foi dito e decidido ser verdade, assinamos:



Gonçalo de Mello Guimarães

(Vice-Presidente)

LISTA DE PRESENCAS 22-11-80

Amisabel Maria da Conceicao Dias Paiva de Victoria Pereira

Vitor Manuel Silva Ramos

Paulo Alexandre Dias Paiva de Victoria Paiva

Paulo Alexandre Dias Paiva de Victoria Paiva

Albino

Jacinto Pereira

Carlos Manuel B. Pereira

Carlos Manuel B. Pereira

António Henrique Barata

Obrigado de Bragança

José Augusto

San Celso de Camar

Amadeu de Lemos - ~~XXXXXXXXXX~~

Ricardo Teixeira Duarte

Sessão de Abertura

Este primeiro livro de actas da Associação de Defesa do Património de Souto, cujas folhas estão devidamente numeradas e rubricadas, tem a sua Abertura no dia primeiro de Maio de 1981.

Souto primeiro de Maio de 1981

O Secretário da Associação: Carlos Manuel Pinheiro de Silva, Bastido
Carlos Manuel Pinheiro de Silva Bastido

Acta nº 1

No dia primeiro do mês de Maio de 1981, a Associação de Defesa do Património de Souto, reunida em Sessão Plenária, decidiu expressar um voto de pesar pelo falecimento da Sr.^{ma} Senhora Dona Benília Medina, esposa do insigne Director e Editor do Jornal de Souto.

Foi proposta à votação a admissão de novos membros, sendo abaixo referidos os nomes:

- S. A. R. Dom Duarte de Bragança
- S. Ex.^{ta} o Sr. Barão de Beck
- S. Ex.^{ta} a Senhora Dona Viscondessa de Soveral
- S. Ex.^{ta} a Senhora Dona Marquesa do Cadaval
- S. Ex.^{ta} o Sr. Conde Von Schönborn
- A. A. G. S. T. J. N. P.

77.^{mo} Sr. Arquitecto Paul Vinto Coelho Vieira.

— Os acima referidos foram acintos por unanimidade e aclamação.

— Foi dado conhecimento aos membros da Associação das embaixadas porvidas pelos Senhores Gonçalo de Mello Guimarães, Vasco Cabral da Câmara e Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado, representantes da mesma com os diversos Grupos Parlamentares.

— O Senhor Robert Chaudler de Bragança, Tesoureiro desta Associação, deu aos membros da mesma, conhecimento da Situação Financeira.

— Foram relatados esforços feitos pela Direcção na entrada da Associação nas seguintes Organizações: Europa Nostra; Liga da Protecção à Natureza (esta última tendo como proponente S. A. R. Dom Duarte de Bragança).

— Foi aprovada a publicação de uma monografia versando sobre "A história dos Alcaides de S. M. da S. M. de S. M." revertendo integralmente a verba de venda da mesma para Fundos da Associação.

— Foi proposto e aprovado um voto de louvor à ^{ma} Sr. Senhora Dona Adriana Jones pelos esforços despendidos nos contactos com a Imprensa Estrangeira.

— Ficou marcada a próxima reunião para o dia nove de Maio, tendo sido assim e porque não havia mais nada a referir, encerrada a Sessão.

— S. M. de S. M., 1 de Maio de 1981

O Secretário: Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado

O Vice-Presidente: Gonçalo de Mello Guimarães



**Homenagem a membros dos corpos sociais
recentemente falecidos:**

Maria Helena dos Santos Ferreira
Secretária da Direcção

Asdrúbal Fernandes do Nascimento
Tesoureiro

**Existe um tempo para todas as coisas e um tempo para todos os
desígnios debaixo dos céus. (Eclesiastes, 3:1)**

*...Águia de Bonelli (*Hieraaetus Fasciatus*). Nidifica nas Falésias do litoral do Concelho de Sintra, nomeadamente no Cabo da Roca...*

Mensagem enviada por D. Duarte de Bragança para o Boletim Comemorativo dos 25 Anos da A.D.P.S.

Há 25 anos que acompanho a notável e persistente actividade da ADPS e, especialmente, a da senhora D. Adriana Jones, sempre presente em todos os locais onde se debatem os problemas do património histórico, cultural e paisagístico de Sintra.

Houve épocas em que todas as localidades tinham associações congéneres, sobretudo após 1975, mas muitas tinham sobretudo objectivos político-partidários.

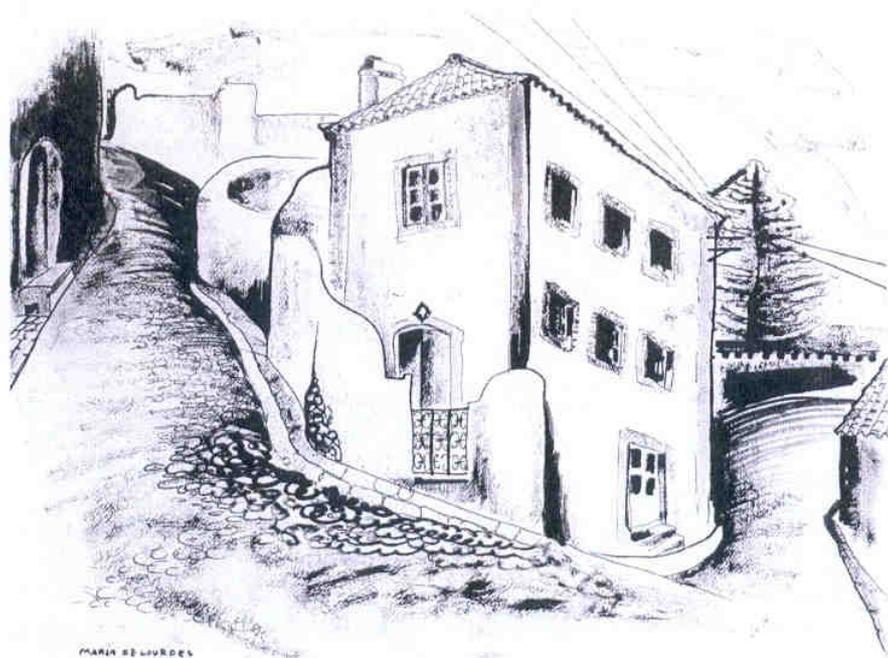
A nossa ADPS soube sempre ser independente, contando com apoios de todos os sectores, excepto do sector financeiro, pelo que sei...

Apesar de frequentemente incómoda, a Associação tem sido respeitada pelos Presidentes da Câmara de Sintra que perceberam que a sua contribuição é positiva e útil.

Só nos faltam os milhares de associados que nos dariam a possibilidade de ser uma força realmente influente quando se decidem os destinos de Sintra, Património da Humanidade, mas sobretudo património de todos quantos amam as belezas de Portugal!

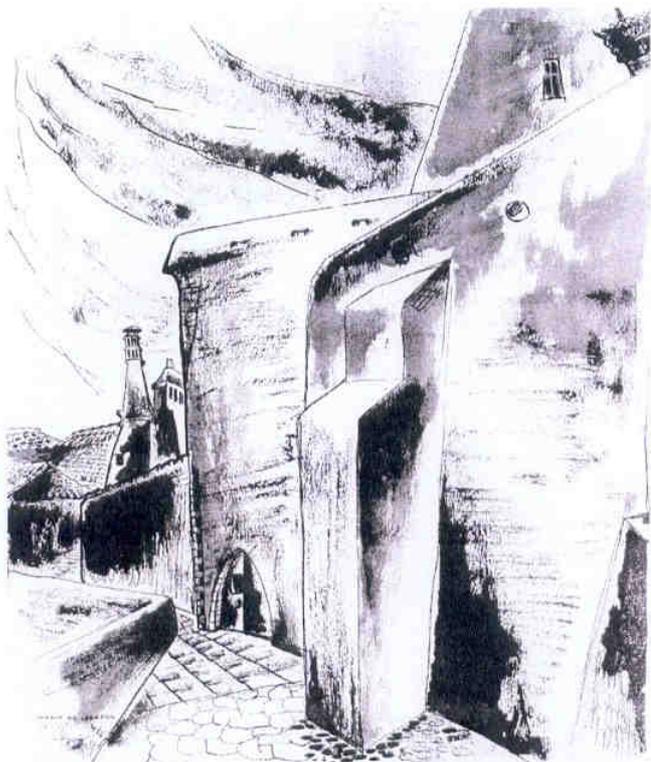
Dom Duarte de Bragança

Maria de Lourdes Barreto dos Santos Pinto



MARIA DE LOURDES

Calçada da Penalva



Palácio de Sintra
Traseiras

Escultora, nasceu em Lisboa, a 21/12/1921. Possui o Curso Superior de Escultura, da Escola de Belas Artes, de Lisboa, tendo obtido na tese final do curso, com a estátua *S. João Baptista*, a classificação de 19 valores, que lhe valeu o Prémio Roque Gameiro.

Exerceu o professorado em escolas técnicas de Lisboa. Quando se reformou era professora na EB 2/3 D. Fernando II

Com várias esculturas, desenhos e aguarelas concorreu aos Salões do S.N.I., da Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa, na Exposição de Independentes dos alunos da Escola de Belas Artes, do Porto, na 1.ª Exposição de Artes Plásticas organizada pelo Centro de Cultura, em Lisboa, e ainda numa exposição da VI Missão Estatística de Férias.

Em galerias particulares encontram-se muitos trabalhos seus.

Aspectos das Acções da A. D. P. S.



1981 - Autocolante da campanha pela criação do Parque Natural



Anos 80 - Parque da Pena
Plantação de árvores



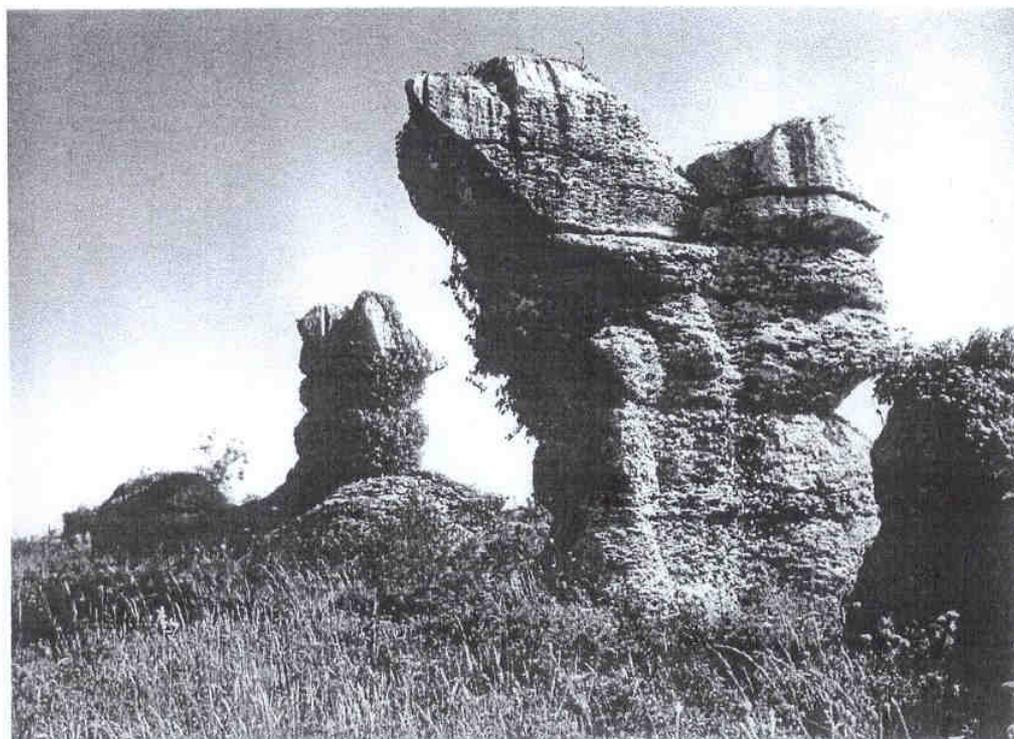
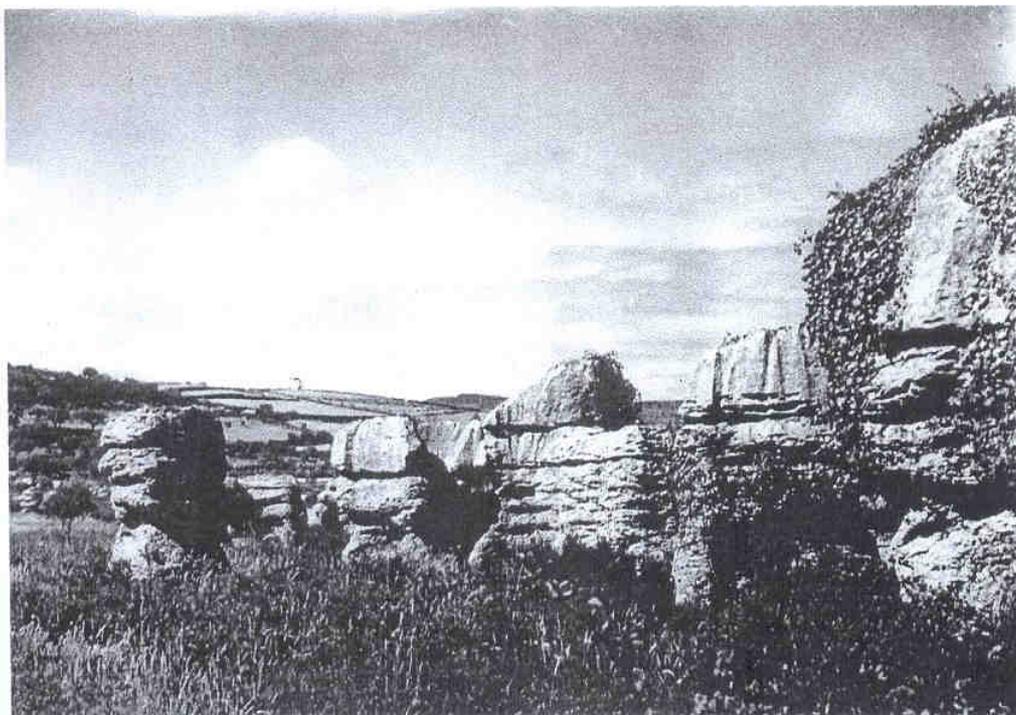
Anos 80 - Pioneiros na limpeza das praias



2005 - Dia do Ambiente - Volta do Duche

Um Património a Conhecer, Conservar e Valorizar

Lapiás da Granja dos Serrões



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Decreto-Lei n.º 393/91

de 11 de Outubro

Os campos de lapiás da Granja dos Serrões e de Negrais situam-se num conjunto de prédios rústicos no Norte do município de Sintra, já nas imediações do município de Mafra, prédios cuja produtividade agrícola é relativamente insignificante e que se encontram cobertos por ervas daninhas e por um coberto arbóreo/arbustivo espontâneo da região.

Tendo em atenção os valores atrás mencionados e o facto de os mesmos se encontrarem sujeitos a diversos agentes de degradação, nomeadamente pela acção do homem, constata-se a imprescindibilidade de promover os campos de lapiás da Granja dos Serrões e de Negrais a sítios classificados.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Criação dos sítios classificados

São criados os Sítios Classificados da Granja dos Serrões e de Negrais, adiante designados por Sítios Classificados.

Artigo 2.º

Límites

1 — Os limites dos Sítios Classificados são os seguintes:

a) Campo de lapiás da Granja dos Serrões:

- i) A partir da estrada Pêro Pinheiro-Negrais contornando o prédio n.º 89 até ao ponto de encontro dos prédios n.ºs 90, 84 e 85, aí seguirá para norte e abará o Alto da Cabeça pelo limite dos prédios n.ºs 48, 50, 52, 53 e 54, onde «descerá» pela separação dos prédios n.ºs 77 e 73, vindo então a atravessar o prédio n.º 92 na direcção este, até encontrar a estrada que segue para Negrais, inflectindo depois para sul até ao limite norte do prédio n.º 95, contornando então os prédios n.ºs 94 e 93, prolongando-se até ao prédio n.º 91 e contornando até à curva da estrada, seguindo depois pela estrada até à ponte de acesso à Azenha da Pedra Furada;
- ii) Da Azenha, inflecto para sueste entre os prédios n.ºs 6 e 8 até encontrar o prédio n.º 9, indo abarcá-lo, e seguindo pelo trilho rural, prolongando-se depois pelo limite oeste da vinha (prédio n.º 37) e pelo muro de pedra que separa os prédios n.ºs 38, 43 e 42; inflecte então para oeste pelo caminho existente, que se prolonga pelo combro de separação entre os prédios n.ºs 16 e 15, até encontrar de novo a estrada Pêro Pinheiro-Negrais no ponto em que entronca com o caminho de acesso à Fonte da Laje;

iii) A numeração dos prédios referidos na descrição dos limites do Sítio Classificado corresponde à numeração que consta no cadastro efectuado em 1953, existente no Instituto Geográfico e Cadastral, da freguesia de Montelavar, concelho de Sintra, secções E, M e L;

b) Campo de lapiás de Negrais, o qual se desenvolve para sueste da povoação de Negrais;

- i) Partido do ponto de encontro na extrema sul entre os prédios n.ºs 5 e 4, contornando este pela sua extrema oeste até ao ponto de encontro entre os prédios n.ºs 3 e 6;
- ii) Seguidamente, contorna o prédio n.º 6 pela parte norte, fazendo depois o limite uma pequena bolsa, que inclui parcialmente os prédios n.ºs 196, 204, 206 e 207. Aqui, o limite desenvolver-se-á para este pela extrema norte dos prédios n.ºs 12, 13, 18 e 41;
- iii) Do prédio n.º 41 segue para o prédio n.º 24, em direcção este, seguindo pelo muro de pedra existente, inflectindo então para sul até à extrema norte do prédio n.º 39. Segue então pela extrema norte dos prédios n.ºs 39, 40, 72, 71 e 93;
- iv) Dirige-se depois para norte pela separação dos prédios n.ºs 68 e 69 até encontrar o caminho que atravessa os prédios n.ºs 44 e 11, o qual servirá de limite até ao ponto de encontro com a extrema norte do prédio n.º 10;
- v) Daí segue para sudoeste, contornando a extrema norte dos prédios n.ºs 10, 8 e 51;
- vi) A numeração dos prédios referidos na descrição dos limites do Sítio Classificado de Negrais corresponde à numeração que consta no cadastro efectuado em 1953, existente no Instituto Geográfico e Cadastral, da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra.

2 — Os limites dos Sítios Classificados descritos no número anterior vão demarcados em mapas anexos ao presente diploma, que dele fazem parte integrante.

3 — Os originais dos mapas anexos referentes aos campos de lapiás de Pedra Furada e de Negrais são feitos à escala de 1:5000 e ficam arquivados na sede do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, adiante designado por SNPRCN.

Artigo 3.º

Fins dos Sítios Classificados

A criação dos Sítios Classificados tem por fins:

- a) Proteger e conservar os valores naturais, científicos e culturais neles contidos;
- b) Promover o ordenamento dos seus territórios para que os respectivos usos sejam feitos sem prejuízo dos fins apontados na alínea anterior;
- c) Promover a divulgação dos seus valores naturais, geológicos, estéticos e científicos e criar condições para que os Sítios Classificados sejam visitados, com fins recreativos e científicos, de uma forma ordenada pelo público nacional e estrangeiro.

Artigo 4.º

Administração

A administração dos Sítios Classificados visa a realização dos fins enunciados no artigo anterior e é assegurada pelos órgãos previstos nos artigos seguintes, sob a superintendência do SNPRCN.

Artigo 5.º

Órgãos

São órgãos dos Sítios Classificados:

- a) O director;
- b) O conselho geral.

Artigo 6.º

Director

1 — O director é o órgão executivo dos Sítios Classificados, competindo-lhe:

- a) Representar os Sítios Classificados;
- b) Presidir ao conselho geral e convocar as respectivas reuniões;
- c) Dirigir os serviços e o pessoal com que os Sítios Classificados sejam dotados;
- d) Preparar os projectos e planos anuais e plurianuais de gestão e submetê-los à apreciação do conselho geral do SNPRCN;
- e) Colaborar com o SNPRCN na preparação dos programas e planos de ordenamento e submetê-los à apreciação do conselho geral;
- f) Fazer os relatórios anuais e plurianuais de actividades;
- g) Preparar os projectos de orçamentos;
- h) Organizar as contas de gerência e elaborar o relatório de contas de gerência;
- i) Promover a colaboração e coordenação de actividades das autarquias locais e de outras instituições existentes nos Sítios Classificados;
- j) Orientar a acção desenvolvida pelos Sítios Classificados e assegurar a realização dos fins enunciados no artigo 3.º

2 — As funções de director são asseguradas pelo responsável pelos Sítios Classificados do SNPRCN.

Artigo 7.º

Conselho geral

1 — O conselho geral é um órgão consultivo de carácter geral, competindo-lhe:

- a) Apreciar a proposta das medidas de gestão e de ordenamento e as propostas de alterações às mesmas;
- b) Apreciar as propostas de planos anuais e plurianuais de gestão;
- c) Apreciar o relatório anual de actividades;
- d) Apreciar a orientação das actividades desenvolvidas nos Sítios Classificados;
- e) Fazer recomendações ao director e ao SNPRCN;
- f) Dar parecer sobre qualquer assunto com interesse para os Sítios Classificados.

2 — O conselho geral é composto pelo director e por um representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) Câmara Municipal de Sintra;
- b) Junta de Freguesia de Montelavar;

- c) Junta de Freguesia de Almargem do Bispo;
- d) Direcção-Geral de Geologia e Minas;
- e) Faculdade de Ciências de Lisboa;
- f) Associações de ambiente sediadas no município de Sintra.

3 — As entidades representadas no conselho geral indigitam a todo o tempo os seus representantes, os quais serão nomeados e exonerados pelo membro do Governo que superintenda na área do ambiente.

4 — O conselho geral reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo director, por sua iniciativa ou a requerimento de um número não inferior a dois terços dos seus membros.

Artigo 8.º

Regulamentos de gestão

1 — Os Sítios Classificados são dotados com um regulamento contendo as medidas de gestão e de ordenamento, as quais definem os usos adequados do território e dos seus recursos naturais.

2 — Na regulamentação a estabelecer podem ser definidas zonas de protecção integral onde não seja permitida a intervenção humana, salvo para fins científicos.

3 — A regulamentação relativa às medidas de gestão e de ordenamento é efectuada por portaria do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, ouvidos os órgãos dos Sítios Classificados, a qual deve ser aprovada no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do presente diploma e revista pelo menos de três em três anos.

Artigo 9.º

Condicionamentos

1 — Ficam sujeitos a autorização do director os seguintes actos ou actividades:

- a) Alterar, retirar ou explorar qualquer material geológico;
- b) Edificar, construir ou demolir qualquer tipo de construção;
- c) Alterar a morfologia do solo e, nomeadamente, abrir caminhos, modificar o coberto vegetal, escavar ou fazer aterros ou depósitos de lixo ou sucatas;
- d) Implantar instalações de linhas eléctricas de alta tensão;
- e) Estabelecer novas actividades agrícolas, silvo-pastoris, pecuárias, mineiras ou quaisquer outras indústrias;
- f) Lançar águas residuais industriais ou de uso doméstico que causem poluição ou fazer captações importantes de água;
- g) Caçar e introduzir espécies zoológicas exóticas, domésticas ou não;
- h) Cortar e colher espécies botânicas de interesse indicadas na regulamentação referida no artigo anterior e introduzir espécies botânicas exóticas;
- i) Fazer campismo fora dos locais destinados a esse fim.

2 — Não carece de autorização o prosseguimento do exercício de actividades agrícolas, pecuárias ou florestais, salvo cortes rasos, desenvolvidas através de for-

mas tradicionais na região, quando não contrárias às medidas de gestão e de ordenamento.

3 — O director dos Sítios Classificados pode exigir aos interessados quaisquer adaptações ao projecto ou a junção de estudos de impacte ambiental que eventualmente possam condicionar a autorização prevista no n.º 1 do artigo 9.º

4 — A autorização referida no n.º 1 não dispensa outras autorizações, pareceres ou licenças que forem devidos.

5 — Sem a autorização referida no n.º 1 as autorizações ou licenças emitidas por outras entidades não produzem efeitos.

Artigo 10.º

Contra-ordenações

1 — Constituem contra-ordenação, punível com coima:

- a) De 200 000\$ a 500 000\$, a infração ao disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 9.º;
- b) De 50 000\$ a 300 000\$, a infração do disposto nas alíneas f) a i) do n.º 1 do artigo 9.º

2 — A tentativa e a negligência são puníveis.

3 — Quando a responsabilidade pela contra-ordenação pertencer a pessoa colectiva, os montantes máximos das coimas a aplicar são de 6 000 000\$ e 3 000 000\$, respectivamente, caso a mesma tenha actuado com dolo ou com negligência.

4 — Na definição da coima a aplicar ter-se-á em consideração a gravidade da contra-ordenação, atendendo aos danos ou perigos de danos causados no ambiente dos Sítios Classificados ou em quaisquer dos seus elementos.

5 — Como sanção acessória podem, nos termos dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, ambos com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, ser apreendidos e declarados perdidos a favor do SNPRCN os objectos utilizados ou produzidos durante a infração.

6 — A competência para o processamento das contra-ordenações e para a aplicação de coimas e sanções acessórias cabe ao director dos Sítios Classificados.

7 — As receitas provenientes das coimas e sanções acessórias revertem em 60% a favor do Estado, 20% a favor do SNPRCN e os restantes 20% a favor do município de Sintra.

Artigo 11.º

Reposição da situação anterior

1 — Independentemente da aplicação das coimas previstas no artigo anterior, os agentes, incluindo pessoas colectivas, que infringam os condicionamentos previstos neste diploma são obrigados, solidariamente e a todo o tempo, a repor a situação anterior à infração.

2 — Se os infractores não cumprirem a obrigação referida no número anterior durante o prazo que lhes for notificado pelo director dos Sítios Classificados, este mandará proceder a demolições, obras e trabalhos necessários à reposição da situação anterior à infração, apresentando aos infractores, para cobrança, uma nota das despesas efectuadas.

3 — Na falta de pagamento das despesas durante o prazo notificado, a cobrança será efectuada através de

processo de execução fiscal, constituindo a nota das despesas título executivo bastante.

4 — Em caso de não ser possível a reposição da situação anterior a infração, os agentes infractores indemnizarão o SNPRCN pelos prejuízos causados no ambiente dos Sítios Classificados e são obrigados a pagar ao mesmo, nos termos dos números anteriores, as despesas com obras e trabalhos necessários a minimizar os prejuízos causados.

Artigo 12.º

Fiscalização

1 — As funções de fiscalização do cumprimento das disposições constantes do presente diploma competem ao SNPRCN, ao director dos Sítios Classificados e às autoridades policiais.

2 — Os autos de notícia, participações e denúncias serão imediatamente enviados ao director dos Sítios Classificados.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Agosto de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Manuel Pereira* — *Arlindo Marques da Cunha* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira* — *Carlos Alberto Diogo Soares Borrego*.

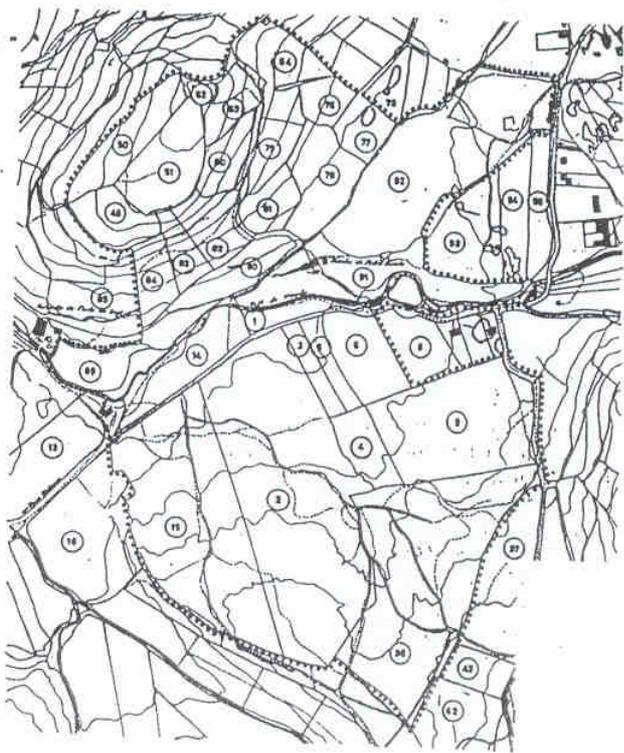
Promulgado em 24 de Setembro de 1991.

Publique-se.

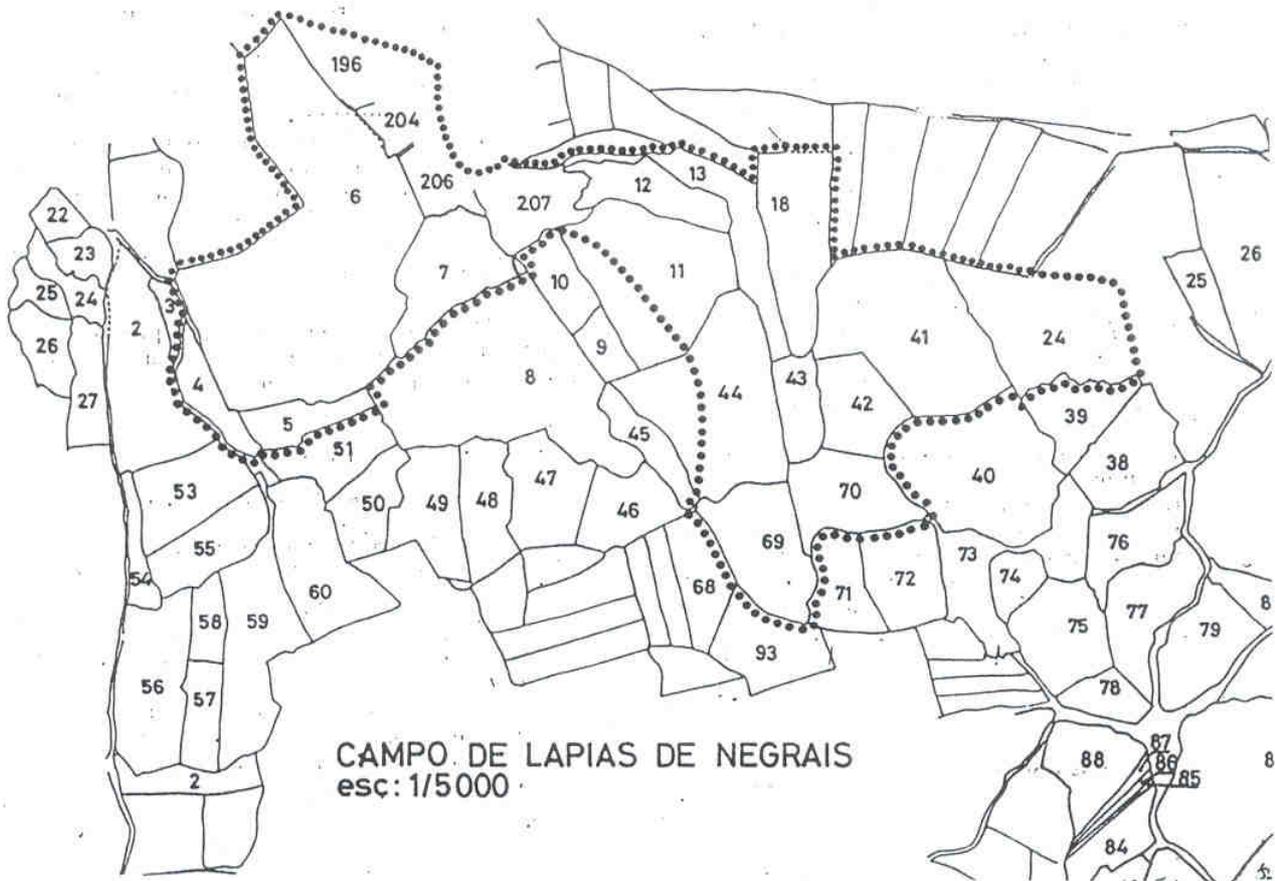
O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 26 de Setembro de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



CAMPO DE LAPIAS DA GRANJA DOS SERRÕES
esc:1/5000

**Decreto-Lei n.º 394/91**

de 11 de Outubro

Entre a Figueira da Foz e Coimbra situam-se o outeiro de Santa Olaia e o monte do Ferrestelo, que apresentam uma vegetação natural onde predominam elementos da flora mediterrânica que contrastam vivamente com os campos cultivados e os pastos que ocupam quase todo o vale inferior do Mondego.

Do ponto de vista arqueológico, Santa Olaia é um sítio rico, ocupado desde o Neolítico, tendo sido encontrados vestígios da Idade do Ferro, Fenícios, Romanos e Medievais.

É ainda de salientar a possibilidade de, pela circunstância de se encontrarem próximos de Coimbra, os montes de Santa Olaia e do Ferrestelo poderem facilmente vir a funcionar como laboratório natural para estudos biológicos no âmbito de actividades da Universidade de Coimbra.

Tendo em atenção os elevados valores atrás mencionados e o facto de os mesmos se encontrarem sujeitos a diversos agentes de degradação, constata-se a imprescindibilidade de promover os montes de Santa Olaia e Ferrestelo a sítio classificado.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Criação do Sítio Classificado**

É criado o Sítio Classificado de Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, adiante abreviadamente designado por Sítio Classificado.

Artigo 2.º**Limites**

1 — Os limites do Sítio Classificado são os indicados no mapa anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

O "Carvalho da Pena"

A. J.

Carlos d'Oliveira Carvalho nasceu em 1871 em Lisboa e faleceu em Sintra, no dia 25 de Julho de 1940.

Administrador dos Serviços Florestais e Regente Florestal, "Carvalho da Pena", como era conhecido, foi o grande continuador da obra de D. Fernando II e da Condessa de Edla na arborização do Parque da Pena.

Dedicou 28 anos da sua vida a Sintra e não se cortava, nos serviços sob a sua supervisão, uma só árvore sem o seu conhecimento.

Desenvolveu um trabalho grandioso na Serra, povoando-a de vegetação e a sua dedicação e a sua competência foram amplamente reconhecidas por muitas pessoas, desde o Prof. Mário de Azevedo Gomes, na sua *"Monografia do Parque da Pena"*, até José Alfredo da Costa Azevedo, nas *"Velharias de Sintra"*.

Vendo a velhice aproximar-se, exprimia muitas vezes a sua angústia acerca do que aconteceria ao Parque da Pena depois da sua morte.

Infelizmente, as suas preocupações eram fundadas, pois a incúria e o abandono têm campeado no Parque há décadas.

Muitos edifícios sofreram danos gravíssimos e muitas espécies vegetais desapareceram.

As estufas estão destruídas há longos anos!



CARVALHO DA "PENA"
MONTANDO O SEU CAVALO HUMBROSO
SINTRA 1930



A A.D.P.S. apresentou uma petição na Assembleia da República, acerca do estado de abandono do Parque da Pena, em 12 de Novembro de 1992, a que foi atribuído o n.º 168/VI/29.

"Carvalho da Pena" merece que a placa ilegível que se encontra no Parque Municipal seja substituída e que Sintra o lembre para sempre, dando o seu nome a uma rua ou álea na sua amada Pena.

Mas a melhor homenagem é, sem dúvida, a continuação da sua obra e a revitalização e reabilitação do Parque da Pena e da Serra de Sintra.



Lápide comemorativa, existente no Parque da Liberdade, em mísero estado

Documentos e fotografias gentilmente cedidos pela sua bisneta e nossa associada,
Maria Tereza Soares Pinheiro Carvalho.

Correspondência inédita entre o escritor sintrense Francisco Costa e Carlos de Oliveira Carvalho.

Carta de Carlos d'Oliveira Carvalho a Francisco Costa
8 de Abril de 1933

Meu João Amigo.

Quero pedir-lhe acuriosamente
para me passar o nome
do lapide e colocar junto ao
furo alto, o meu aniversário
do ponto, publicado a p. 59.
do "Vulto Austero."

Mando um copião para
vê se está bem e que
João me devolva

Gracia-me

Atenciosamente
Carlos de Oliveira Carvalho

Carlos de Oliveira Carvalho

Sintrense, 8 de abril de 1933.

Cartão de Carlos d'Oliveira Carvalho
a Francisco Costa
1938

Carlos d'Oliveira Carvalho
apresenta simpatia e
magnifico senso cívico a
Associação Regional e
animo de dedicacão.
Ceci-ou sempre
a 4. de 1938
Carlos d'Oliveira Carvalho

CINTRA

Artigo do Diário de Lisboa, sobre a Condessa d'Edla, incluindo uma carta de Oliveira Carvalho, acerca de uma árvore plantada por esta, no Parque da Pena, no próprio dia do seu casamento com D. Fernando II.

NO PARQUE DE SINTRA

A árvore

plantada
pela Condessa d'Edla

e pelo Rei D. Fernando

no proprio dia do seu casamento

A Condessa d'Edla, ao contrario talvez do que muita gente supoz, conservou até os ultimos dias da sua vida as suas faculdades mentais.

O isolamento, o silencio — fa-la-hiam viver uma vida intima, em que a memoria, amortecida que estivesse, se comprazia nas recordações de longe.

Em certos espiritos cansados, a memoria não impressiona já um unico facto recente, nem sequer a cor de uma rosa que desabrochou na vespera.

Mas o passado, aberto em xilogravura amarga, ou em talhe doce de saudade, conserva-se fresco, como o relevo das chapas de cobre, abertas ha seculos a buril por benedictinos artistas, da dinastia do Renascimento.

Publicamos abaixo uma carta que nos é enviada pelo distinctissimo engenheiro florestal, homem de bem e homem de acção, sr. Carlos de Oliveira Carvalho, que superintende nas Matas Nacionais de Sintra e, portanto, no Parque da Pena, a que está ligado o nome da illustre senhora que ontem desapareceu do silencio da sua casa de Santa Marta, para o silencio eterno do tumulo.

* * *

Sr. director — O Diário de Lisboa de ante-ontem publicava um belo artigo, em tunão, e que se intitulava *A Senhora Condessa d'Edla*. Dele recorto o periodo final:

"Dentro de três dias nem nós nos lembraremos do que acabamos de evocar, e na historia ela não será já nem sequer um pretexto. Quando muito — se algum cronista romantico para ahí ficar — um ramo de cravos...."

Não será assim. Permita-me, sr. director, que prove que o não será.

O Parque da Pena, em Sintra, incluído em 1839, pelo Rei D. Fernando II, hoje considerado como uma das mais notaveis collecções botanicas florestais do mundo, propriedade do Estado, e que é uma prova do genio artistico desse Rei e do seu amor a Portugal, muito deve á colaboração da senhora Condessa d'Edla, desde o seu casamento em 1869. Dirigia ella directamente os trabalhos com seu esposo, conhecendo o valor das especies botanicas, a sua colocação, tratamento, e ainda ha dois anos as citava pelos seus nomes scientificos.

E não quero deixar de lhe narrar um simples facto de comovente significação:

Em Novembro do ano passado, a senhora Condessa d'Edla solicitou, na sua gentileza de espirito, ficasse assinalada uma arvore plantada por ella e D. Fernando, no dia do seu casamento, a 10 de Junho de 1869.

Veja v., sr. director, quanto pode significar este pequeno detalhe, em

A Administração dos Serviços Florestais conserva a "Arvore da Condessa d'Edla" a um dos mais belos trechos do Parque e por ella delimitado. Desta maneira o seu nome está ao Parque vinculado, e recordando a todos, "não só por um ramo de cravos de algum romantico", mas sim, e principalmente, por maciços de flores, a sua acção e o seu espirito de mulher tão afeito á Patria adoptiva, e á "domus" encantadora de Sintra, onde ella viveu.

Se o seu corpo tem de repousar no abrigo de uma Cruz, copia da Cruz Alta do Parque da Pena, as arvores e as flores, recordarão em Sintra, o seu nome, enquanto uma simples placa de marmore não indique aos visitantes que foi a D. Fernando II e sua esposa, Condessa d'Edla, que o Pais deve a existencia de um dos mais belos parques da Europa e talvez mesmo do mundo.

Dando estas informações a v., sr. director, não correspondem ellas de maneira alguma a uma renuncia das minhas ideias politicas, mas sim ellas são uma homenagem á illustre senhora, que aureolada pela sua idade e respeitada pela nobreza da sua alma, terminou docemente a existencia.

De v., etc., Carlos de Oliveira Carvalho — (Parque da Pena-Sintra)

Oliveira Carvalho

GUIA

— DO —

PARQUE DA PENA



DESCRIÇÃO



Edição da Livraria e Papolaria

“A CAMELIA”

DE

Julio Pinto Tavares

— CINTRA —

LE PARC «DA PENA»

DESCRIPTION

Le Parc «da Pena» se trouve à une distance géodesique de 22 kilomètres à l'Ouest de Lisbonne. Il occupe le faite de la chaîne de collines dénommée «Serra de Cintra» et dont le prolongement vers l'Océan forme le Cap Roca, point le plus occidental du continent européen.

Il est situé par 38.^o 47' de latitude N. et 15' de longitude O. du méridien de Lisbonne et son altitude maxima est de 528 mètres au-dessus du niveau de la mer, à «Cruz Alta».

Le terrain est granitique; le climat, nettement maritime, est très doux pendant la plus grande partie de l'année et un peu humide en hiver, bien que la moyenne thermométrique, en cette saison, soit presque toujours supérieure à celle de Lisbonne.

Le Parc commença à être tracé en 1.846, sous le Roi Ferdinand II, sur des terrains ayant appartenu en partie à l'Ordre aujourd'hui éteint des Moines Jeronymos, en partie à la Municipalité de Cintra; il fut acheté par l'Etat en 1.886 et incorporé en 1.911 dans les biens domaniaux administrés par le service des Forêts.

Sa superficie, y compris les bois environnants, est de 200 hectares et il est considéré comme un des plus beaux et des plus riches Parcs de l'Europe par suite de ses collec-

PARQUE DA PENA

DESCRIÇÃO

O Parque da Pena, está situado a 22 kilometros a oeste de Lisboa, distancia geodezica, occupa uma parte culminante da serra de Cintra, que pelo seu prolongamento para o oceano, tórma o Cabo da Roca, o ponto mais occidental do continente europeu.

A sua latitude é de 38°, 47', a longitude 15' a oeste do meridiano de Lisboa e a altitude maxima de 528 metros na Cruz Alta.

Assenta em terreno granitico, clima francamente maritimo, muito ameno durante a maior parte do anno e um pouco humido no inverno, embora a média thermometrica n'esta epocha, seja quasi sempre mais elevada que em Lisboa.

Começou a ser delineado em 1846, pelo rei D. Fernando II, na propriedade da extincta ordem religiosa dos frades Jeronymos e em outros terrenos da Camara Municipal de Cintra, sendo adquirido pelo Estado por compra em 1886 e incorporado no numero das matas nacionaes em 1911.

A sua superficie, compreendendo matas annexas, é de 200 hectares e considera-se um dos mais belos e ricos parques da Europa pelas suas variadas collecções de plantas florestaes e de ornamento. Possui bosques de camelias,

tions variées d'espèces forestières et d'ornement. Il renferme des bois de camélias, de rhododendrons, d'azalées et des exemplaires splendides de fougères arborescentes ainsi qu'une grande variété d'essences exotiques et nationales, parmi lesquelles dominent les conifères.

Les conditions spéciales résultant de sa situation, de son sol et de son climat ont permis l'association en plein air des représentants de la flore des pays chauds et de ceux de la flore de nos contrées.

Outre sa valeur forestière, il offre, par suite de sa situation, en certains de ses points culminants, de magnifiques points de vue embrassant un horizon de 70 kilomètres.

Le plan du Parc que nous présentons offre au touriste qui désire y circuler tout seul de grandes facilités.

Des points de repère y sont indiqués, en dehors de ceux naturels fournis par les points culminants, tels que le Palais, le Château des Maures, la Cruz Alta (la Croix Haute); on outre, de nombreux écriteaux placés à tous les carrefours y rendent l'orientation aisée.

L'entrée du Parc est gratuite pour les piétons, du lever au coucher du soleil.

Les visiteurs ont le droit d'entrer à cheval ou en voiture jusqu'au Palais, en passant par le Portail principal. Mais ceux qui désireront circuler dans le Parc en utilisant un moyen quelconque de locomotion devront se munir d'un permis de circuler dont le prix est de :

| | | |
|----------------------------------------------------|------|---------|
| Pour voiture à chevaux ou automobile | 5100 | escudos |
| Pour cavalier | 2850 | d.° |
| Pour circuler à bicyclette ou à dos d'âne | 1850 | d.° |

rhododendrons, azaleas, esplendidos exemplares de fetos arboreos e variadissimas especies de arvores exoticas e nacionaes, onde se destacam as da familia das coniferas.

As condições especiaes de situação, solo e clima, permitem a associação a pleno ar, das representantes da flora das zonas quentes com as das regiões frias.

A par do valor florestal, pela sua situação, offerece nos locais mais elevados um horizonte de cerca 70 kilometros.

A planta auxilia os percursos no Parque, havendo o cuidado da orientação, por um local já conhecido, ou pelos pontos mais elevados como sejam: o Palacio, a Cruz Alta, Castello dos Mouros e ainda pelos letreiros dispersos no cruzamento das ruas.

A entrada no Parque da Pena, é publica e gratuita, a todos os peões, que o desejem visitar, desde o nascer ao pôr do sol.

Os visitantes teem direito a seguir de carruagem ou a cavallo até ao Palacio, entrando pelo Portão Principal, mas os que desejam percorrer o Parque utilizando-se dos mesmos meios de condução, são obrigados ao pagamento da taxa de livre transito da seguinte importancia:

| | | |
|------------------------------|------|---------|
| Trem ou automovel..... | 5500 | escudos |
| Cavallo..... | 2550 | " |
| Bicicleta ou em jumento..... | 1550 | " |

Alto de Santo Antonio. — Pavillon situé à 474 mètres d'altitude et d'où l'on jouit d'une vue magnifique sur le Palais et la «Serra de Cintra» $\frac{10}{F}$

Alto de Santa Catharina. — Site des plus pittoresques, tout près de la grotte du Moine, sur le flanc de la Cruz Alta. $\frac{10}{G}$

Chateau des Maures. — Ancienne forteresse qui semble être antérieure à la domination arabe. Conquise en 1.147 par D. Affonso Henriques fondateur de la Nation Portugaise, elle eut une certaine importance stratégique pendant la première dynastie. Fidèle aux partisans de la Castille, elle fut reprise en 1.383 par le Connétable D. Nuno Alvares Pereira.

Le Roi D. Ferdinand II l'acquit en 1.839 de la Municipalité de Cintra et, la trouvant en ruines, y fit exécuter d'importantes réparations, ainsi que des travaux de reconstruction.

On trouve à l'intérieur une grande citerne et des pans de mur qui ont dû appartenir à une église où la tradition veut que D. Affonso Henriques ait fait célébrer le culte catholique et qui aurait préalablement été une mosquée musulmane.

En face de ces ruines, le Roi D. Ferdinand II fit construire un ossuaire où furent déposés les os trouvés pendant les travaux de rouilles.

L'enceinte fortifiée de murailles crénelées qui est encore sur pied possède cinq tours, dont la plus haute se trouve à 468 mètres au-dessus du niveau de la mer.

La vue panoramique y est splendide; on y domine la «Serra» et la ville de Cintra et la vue s'étend jusqu'aux îles Berlengas.

L'enceinte du Château n'est accessible qu'aux piétons. $\frac{10}{H}$

La Croix Haute. — «Cruz Alta». — Point culminant de la «Serra de Cintra», à 528 mètres d'altitude. Large ho-

Alto de Santo Antonio. — Pavilhão que possui magnifica vista para o Palacio e serra, altitude 474 metros. $\frac{10}{F}$

Alto de Santa Catharina. — Sitio muito pitoresco, que fica proximo da Gruta do Monge, na encosta da Cruz Alta. $\frac{10}{G}$

Castelo dos Mouros. — Antiga fortificação, que parece ser anterior á dominação arabe. Conquistada em 1147 por D. Afonso Heuriques, fundador da nacionalidade portugueza, teve importancia militar durante a primeira dynastia, em 1383 mantendo se fiel aos partidarios de Castela foi retomado pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Fernando II, adquiriu-o por aforamento á Camara de Cintra em 1839, e encontrando-o em estado de ruina, effectuou trabalhos de reconstrucção.

Possuo uma grande cisternà e as paredes de uma egreja, que segundo a tradição foi destinada ao culto catolico por D. Afonso Henriques, e que era a antiga mesquita moura. Em frente d'estas ruinas ha um tumulo, mandado construir por D. Fernando II para deposito de ossos encontrados nas escavações

O actual reducto de muralhas ameadas possui cinco torres, a mais alta com a cota de 468 metros sobre o mar.

Explendida vista panoramica sobre a serra, vila de Cintra e alongando se até ás Berlengas.

O recinto do Castelo só é acessivel a peões.

Cruz Alta. — Ponto culminante da Serra de Cintra, altitude 528 metros. Largo horisonte de perto de 70 kilo-

rizon de près de 70 kilomètres. On voit le Cap Carvoeiro, Lisbonne, le Cap Espichel, Palmela, la «Serra» de Montejunto, Cascaes et l'estuaire et la vallée du Tage, depuis son embouchure jusqu'à Vila Franca. $\frac{5}{11}$

Grotte du Moine — La grotte se trouve à flanc de coteau en montant à la Cruz Alta. C'est une petite caverne, ancien refuge des moines Jeronymos. $\frac{9}{6}$

Jardin des Camelias — Voisinant avec la Fontaine des Oiselets. Bois de camélias, serres, etc. $\frac{9}{11}$

Jardin de la Comtesse. — Ce jardin est proche du chalet où se trouve installé le Musée Forestier. Il renferme une collection variée de rhododendrons, azalées et essences exotiques. $\frac{6}{6}$

Fougeraie du Jardin des Camelias. — Riche collection de fougères arborescentes et d'autres plantes notables. Il aboutit au lac de la Coquille. $\frac{9}{11}$

Fougeraie de la Comtesse. — Magnifique collection de fougères arborescentes renfermant quelques exemplaires d'une grande valeur botanique, begonias et autres plantes rares des pays chauds. $\frac{7}{6}$

Fontaine des Oiselets. — Source d'eau potable, excellente et très fraîche. $\frac{9}{11}$

Belvedere de Sainte Euphemie. — Local situé à 472 mètres d'altitude et d'où l'on jouit d'un splendide panorama vers le Sud. $\frac{12}{11}$

Musée Forestier. — Exposition permanente d'essences et autres produits forestiers. Ouvert de midi au coucher du soleil. $\frac{6}{6}$

Ruisseau des Perdrix. — Massif forestier de pins pignons. $\frac{7}{11}$

Parc du Mouco. — A l'extrémité occidentale du Parc. Massifs de pins et d'eucalyptus. $\frac{5}{11}$

metros, avistando-se o Cabo Carvoeiro, Lisboa, Cabo Espichel, Palmela, Serra de Montejunto, Cascaes e a bacia do Tejo desde a barra até Vila Franca. $\frac{9}{H}$

Grúta do Monge. — Na encosta da Cruz Alta, pequena caverna, refugio dos frades Jeronymos. $\frac{9}{G}$

Jardim das Camélias. — Junto da Fonte dos Passarinhos, bosque de camélias, estufas, etc. $\frac{9}{F}$

Jardim da Condessa. — Perto do chalet onde está instalado o Museu Florestal, colecção variada rhododendrons, azaleas e arvores exóticas. $\frac{6}{G}$

Feteira do Jardim das Camélias. — Fetos arboreos e plantas notaveis. Termina no largo da Concha que lhe fica a montante. $\frac{9}{F}$

Feteira da Condessa. — Magnífica colecção de fetos arboreos, alguns de grande valor botânico, begoneas, musas e outras plantas de paizes quentes. $\frac{7}{G}$

Fonte dos Passarinhos. — Nascente de excelente agua potavel e muito fresca. $\frac{9}{F}$

Mirante de Santa Eufemia. — Local de panorama para o sul, altitude 472 metros. $\frac{12}{F}$

Museu Florestal. — Exposição de madeiras e outros productos florestaes. Aberto das 12 horas ao sol posto. $\frac{6}{G}$

Regato das Perdizes. — Macisso florestal de pinheiros mansos. $\frac{7}{H}$

Tapada do Mouco. — Na extrema poente do Parque, macissos de pinheiros e eucalyptos. $\frac{5}{H}$

Pepiniere Forestiere. — Espèces forestières exotiques pour la vente en détail et pour la vulgarisation. $\frac{3}{1}$

Chemins à suivre pour se diriger vers le Parc :

De Cintra au Parc. $\frac{10}{A_1}$ $\frac{9}{A_1}$ $\frac{9}{B_1}$ $\frac{8}{B_1}$ $\frac{8}{C_1}$ $\frac{7}{C_1}$ $\frac{7}{D_1}$ $\frac{8}{D_1}$
 $\frac{8}{E_1}$ $\frac{9}{E_1}$ (Entrée des Lacs) $\frac{9}{D_1}$ $\frac{10}{D_1}$ (Entrée du
 Castello dos Mouros) $\frac{10}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrée principale).

De Cintra au Parc, par S. Pedro. $\frac{10}{A_1}$ $\frac{11}{A_1}$ $\frac{12}{A_1}$ $\frac{13}{B_1}$ $\frac{14}{B_1}$
 $\frac{13}{C_1}$ $\frac{12}{C_1}$ $\frac{12}{D_1}$ $\frac{12}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrée principale).

De Cintra au Parc, par Castello dos Mouros. On ne peut
 s'y rendre qu'à pied, $\frac{10}{A_1}$ $\frac{11}{A_1}$ $\frac{12}{B_1}$ $\frac{11}{B_1}$ (Entrée du
 Castello dos Mouros) $\frac{11}{C_1}$ $\frac{10}{C_1}$ $\frac{10}{D_1}$ (Sortie du Cas-
 tello dos Mouros) $\frac{10}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrée principale).

Entrées :

Entrée principale. $\frac{11}{E_1}$

Entrée des Lacs. $\frac{9}{E_1}$

Entrée du Castello dos Mouros. $\frac{10}{D_1}$ $\frac{11}{B_1}$

Endroits plus intéressantes á visiter dans le Parc :

Belvédère de S.^{ta} Eufemia. $\frac{11}{F_1}$

Caverne du Monje. $\frac{9}{G_1}$

Croix Haute. $\frac{9}{H_1}$

Fontaine des Oiselets. $\frac{9}{F_1}$

Viveiro Florestal. — Especies florestaes exoticas para
venda avulso e vulgarisação. $\frac{3}{1}$

Percursos para o Parque :

De Cintra ao Parque. $\frac{10}{A_1}$ $\frac{9}{A_1}$ $\frac{9}{B_1}$ $\frac{8}{B_1}$ $\frac{8}{C_1}$ $\frac{7}{C_1}$ $\frac{7}{D_1}$ $\frac{8}{D_1}$
 $\frac{8}{E_1}$ $\frac{9}{E_1}$ (Entrada dos Lagos) $\frac{9}{D_1}$ $\frac{10}{D_1}$ (Entrada
do Castello dos Mouros) $\frac{10}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrada principal).

De Cintra ao Parque, por S. Pedro. $\frac{10}{A_1}$ $\frac{11}{A_1}$ $\frac{12}{A_1}$ $\frac{13}{B_1}$ $\frac{14}{B_1}$
 $\frac{13}{C_1}$ $\frac{12}{C_1}$ $\frac{12}{D_1}$ $\frac{12}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrada principal).

De Cintra ao Parque, pelo Castello dos Mouros, percurso a pé $\frac{10}{A_1}$ $\frac{11}{A_1}$ $\frac{12}{B_1}$ $\frac{11}{B_1}$ (Entrada do Castello dos
Mouros) $\frac{14}{C_1}$ $\frac{10}{C_1}$ $\frac{10}{D_1}$ (Sahida do Castello dos Mou-
ros) $\frac{10}{E_1}$ $\frac{11}{E_1}$ (Entrada principal).

Entradas :

Príncipe do Parque. $\frac{11}{E_1}$

Lagos. $\frac{9}{E_1}$

Castello dos Mouros. $\frac{10}{D_1}$ $\frac{11}{B_1}$

Locaes a visitar no Parque :

Alto de Santo Antonio. $\frac{10}{F_1}$

Alto de Santa Catharina. $\frac{10}{G_1}$

Alto do Chá. $\frac{6}{H_1}$

Cruz Alta. $\frac{9}{H_1}$

| | |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Géant. | $\frac{11}{G.}$ |
| Haut de S. ^{to} Antonio. | $\frac{10}{F.}$ |
| Haut de S. ^{ta} Catharina. | $\frac{10}{G.}$ |
| Haut do Chá. | $\frac{6}{H.}$ |
| Lacs. | $\frac{9}{E.}$ $\frac{8}{E.}$ $\frac{8}{F.}$ |
| Lac de Cascades. | $\frac{8}{H.}$ |
| Lac da Concha. | $\frac{9}{G.}$ |
| Lac do Repucho. | $\frac{8}{G.}$ |
| Musée forestier (Chalet de la Comtesse). | $\frac{6}{G.}$ |
| Palais da Pena. | $\frac{10}{E.}$ |
| Tennis. | $\frac{10}{F.}$ |
| W. C. | $\frac{9}{E.}$ $\frac{9}{F.}$ $\frac{6}{G.}$ $\frac{11}{E.}$ |

Endroits plus intéressants à visiter dans le Castello dos Mouros :

| | |
|---------------------|-----------------|
| Chateau des Maures. | $\frac{11}{B.}$ |
| Citerne. | $\frac{10}{G.}$ |
| Mosquée. | $\frac{11}{G.}$ |
| Haut Tour. | $\frac{10}{G.}$ |

Bureaux des Services Forestières $\frac{12}{B.}$

Espèces botaniques et jardins :

Acers — répandus dans tout le Parc.
Araucarias. $\frac{9}{F.}$

Fonte dos Passarinhos. $\frac{9}{F.}$

Gigante. $\frac{11}{G.}$

Gruta do Monge. $\frac{9}{G.}$

Lagos. $\frac{9}{E.}$ $\frac{8}{E.}$ $\frac{8}{F.}$

Lago de Cascaes. $\frac{8}{H.}$

Lago da Concha. $\frac{9}{G.}$

Lago do Repucho. $\frac{8}{G.}$

Mirante de Santa Eufemia. $\frac{11}{F.}$

Museu Florestal (Chalet da Condessa). $\frac{6}{G.}$

Palacio da Pena. $\frac{10}{E.}$

Tennis. $\frac{10}{F.}$

W. C. $\frac{9}{E.}$ $\frac{9}{F.}$ $\frac{6}{G.}$ $\frac{11}{E.}$

Locaes a visitar no Castello dos Mouros :

Castello dos Mouros. $\frac{11}{B.}$

Cisterna. $\frac{10}{C.}$

Mesquita. $\frac{11}{C.}$

Torre Alta. $\frac{10}{C.}$

*
* *
*

Secretaria dos Servicos Florestaes. $\frac{12}{B.}$

Especies botanicas e jardins :

Abetos. $\frac{6}{G.}$ $\frac{7}{G.}$

Acers. — dispersos pelo Parque.

- Azalées. $\frac{6}{F.} \frac{7}{G.}$
 Bégonias. $\frac{4}{F.} \frac{7}{G.}$
 Camélias. $\frac{9}{F.} \frac{6}{G.}$
 Cèdres. $\frac{6}{G.}$
 Chênes exotiques. $\frac{6}{G.}$
 Chênes nationaux. $\frac{9}{H.}$
 Cephalotaxus. $\frac{6}{F.} \frac{4}{F.}$
 Chamaecyparis. $\frac{7}{H.}$
 Cryptomerias japonicas. $\frac{6}{G.}$
 Cryptomerias japonicas, var elegans. $\frac{8}{E.} \frac{7}{G.}$
 Cyprès. $\frac{8}{G.} \frac{8}{F.}$
 Dacrydios cupressineos. $\frac{9}{F.}$
 Epicéas. $\frac{6}{F.} \frac{6}{G.} \frac{8}{G.}$
 Eucalyptus $\frac{2}{K.}$
 Fougeraie du jardin des Camélias $\frac{9}{F.}$
 Fougeraie du jardin de la Comtesse. $\frac{7}{F.}$
 Hêtres. $\frac{9}{F.}$
 Jardin des Camélias. $\frac{9}{F.}$
 Jardin de la Comtesse. $\frac{6}{G.}$
 Jardin de l'Entrée. $\frac{11}{E.}$
 Libocedrus. $\frac{8}{F.}$
 Musas ensete. $\frac{9}{F.}$
 Pépinière forestière. $\frac{3}{L.}$
 Pins maritimes — répandus dans tout le Parc.
 Pins pignons. $\frac{8}{F.} \frac{7}{H.} \frac{6}{L.}$
 Pins exotiques — répandus dans tout le Parc.

- Araucarias. $\frac{9}{F.}$
 Azaleas. $\frac{9}{F.}$ $\frac{6}{G.}$
 Begoneas. $\frac{6}{F.}$ $\frac{7}{G.}$
 Camélias. $\frac{9}{F.}$ $\frac{6}{G.}$
 Carvalhos exóticos. $\frac{6}{G.}$
 Carvalhos nacionaes. $\frac{9}{H.}$
 Cedros. $\frac{6}{G.}$
 Cephalotaxus. $\frac{6}{F.}$ $\frac{9}{F.}$
 Chá (Camelia thea). $\frac{6}{H.}$
 Chamaecyparis. $\frac{7}{H.}$
 Cryptomerias japonicas. $\frac{6}{G.}$
 Cryptomerias japonicas, var elegans. $\frac{8}{E.}$ $\frac{7}{G.}$
 Cupressus. $\frac{8}{G.}$ $\frac{8}{F.}$
 Dacrydios cupressineos. $\frac{9}{F.}$
 Estufa. $\frac{9}{F.}$
 Eucalyptus. $\frac{7}{K.}$
 Fagus silvatica. $\frac{9}{F.}$
 Feteira do Jardim das Camélias. $\frac{9}{F.}$
 Feteira do Jardim da Condessa. $\frac{7}{F.}$
 Jardim das Camélias. $\frac{9}{F.}$
 Jardim da Condessa. $\frac{6}{G.}$
 Jardim de Entrada. $\frac{11}{E.}$
 Libocedros. $\frac{8}{F.}$
 Musas ensete. $\frac{9}{F.}$
 Piceas. $\frac{6}{F.}$ $\frac{6}{G.}$ $\frac{8}{G.}$
 Pinheiros bravos. — dispersos pelo Parque.

| | | |
|---------------------------|------------------|-----------------|
| Podocarpus. | $\frac{9}{F_1}$ | $\frac{6}{G_1}$ |
| Pseudo tsugas. | $\frac{9}{F_1}$ | $\frac{6}{G_1}$ |
| Rhododendrons. | $\frac{9}{F_1}$ | $\frac{6}{G_1}$ |
| Rosières. | $\frac{11}{E_1}$ | |
| Sapins. | $\frac{6}{G_1}$ | $\frac{7}{G_1}$ |
| Schiadopytis verticilata. | | $\frac{8}{H_1}$ |
| Sequoias. | $\frac{9}{F_1}$ | $\frac{6}{G_1}$ |
| Serre. | $\frac{9}{F_1}$ | |
| Tilleuls. | $\frac{7}{F_1}$ | |
| Thuyas gigantes. | $\frac{8}{F_1}$ | $\frac{6}{G_1}$ |
| Talpiers. | $\frac{9}{F_1}$ | |
| Théier. | $\frac{6}{H_1}$ | |

Un grand nombre d'essences se trouvent répandues dans tout le Parc. La référence faite sur le plan, indique l'endroit où l'on peut plus facilement les trouver.

- Pinheiros mansos. $\frac{8}{F,}$ $\frac{7}{H,}$ $\frac{6}{L.}$
 Pinheiros exóticos. — dispersos pelo Parque.
 Podocarpus. $\frac{9}{F,}$ $\frac{6}{G.}$
 Pseudo tsugas. $\frac{9}{F,}$ $\frac{6}{G.}$
 Rhododendrons. $\frac{9}{F,}$ $\frac{6}{G.}$
 Rosas. $\frac{11}{E.}$
 Schiadopytis verticilata. $\frac{8}{E.}$
 Sequoias. $\frac{9}{F,}$ $\frac{6}{G.}$
 Tílias. $\frac{7}{F.}$
 Thuias gigantes. $\frac{8}{F,}$ $\frac{6}{G.}$
 Tulipeiros. $\frac{9}{F.}$
 Viveiro florestal. $\frac{3}{L.}$

Muitas espécies estão dispersas pelo Parque. A indicação é do local onde mais facilmente se podem encontrar.



“A CAMELIA”

LIVRARIA, PAPELARIA E ARTIGOS PARA BRINDES

10 — Largo da Misericórdia — 12

CINTRA



DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA

21 DE MARÇO



VENHA PASSEAR A SINTRA



Associação de Defesa do Património de Sintra

Apoio: Pelouro de Ambiente da Câmara Municipal de Sintra

21 de Março de 2006

DIA DA ÁRVORE

Estamos em Sintra,
na Volta do Duche,
um sítio lindíssimo
com muitas árvores,
fontes, pássaros, borboletas...

Vai-se plantar uma árvore
que se chama *Pimenteira Bastarda*,
originária da América do Sul.

21 de Março de 2006

DIA DA ÁRVORE



Quando vierem a Sintra, não se esqueçam de
visitar esta árvore para ver se ela está bem

Associação de Defesa do Património de Sintra

Apoio da Câmara Municipal de Sintra

O Sr. Fortunato

A. J.



O Sr. Fortunato, que levou "ao banho", na Praia das Mações e na Praia Grande, várias gerações, faleceu este ano, deixando um rasto de saudade em todos os que privaram com ele.

Está na memória colectiva o barco a remos na Lagoa da Praia das Mações, onde ele passeava os veraneantes e quando andava à pesca à linha e à tarrafa (rede circular que se lança e recolhe do barco ou da margem), na apanha de percebes e mexilhão que enviava pela Sintra-Atlântico, para abastecer os mais famosos restaurantes de Lisboa.

Andava muitas vezes descalço e era inconfundível, com o seu boné branco com uma âncora dourada e pala azul, que comprava no Moreira da Praia.

Fez muitos salvamentos, sendo por isso justamente galardoado.



No Inverno vivia nas Azenhas do Mar e no Verão na Praia Grande.

Não podemos deixar de lembrar a sua esposa, D. Silvina – para os mais chegados a "Carochinha" – que vendia batatas fritas na praia, de um cesto.

Quando o mar embravecia, lá por 24 de Agosto, as crianças emudeciam de admiração quando ouviam o Sr. Fortunato a dizer: "É o S. Bartolomeu!"

As brincadeiras na praia, com o "prego" de vidro ou metal, as forminhas, os baldes e as pás, as mesas, bancos e cadeiras de madeira nas barracas vão sempre ficar associadas à figura que pontificava na praia - o Sr. Fortunato - que de sol a sol calcorreava o areal e que não parecia ser possível um dia não estar lá.

A volta do Duche

João Reis Gomes
Arq.º Paisagista

"Sintra. A história se fez jardim" como pensava Virgílio Ferreira. Sintra, "glorioso Éden" de Byron, fresca terra, de penedos, árvores e água.

É esta frescura, valorizada pela sombra do arvoredo, que sempre apreciamos quando fazemos a "volta do Duche", muito especialmente na canícula do Verão.

O percurso, com um excelente património arbóreo, é uma "almofada de protecção" ao casario e ao próprio Palácio da Vila que centra o antigo agregado urbano.

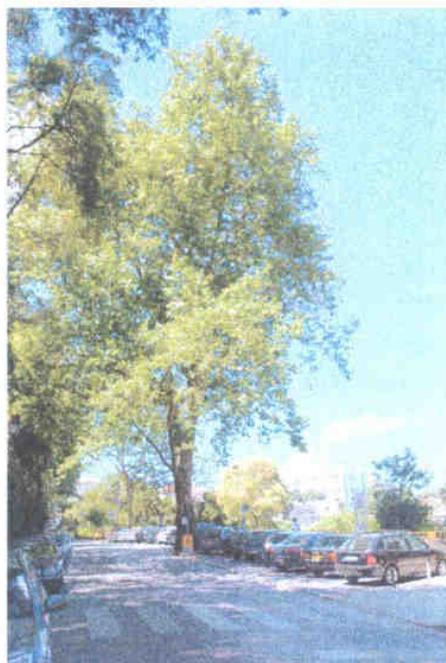
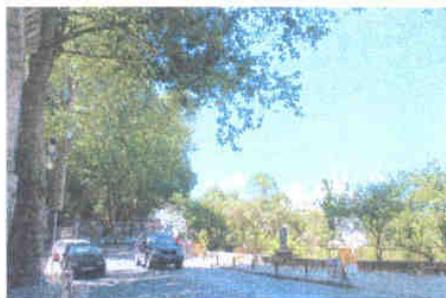
Neste "oásis" de vegetação exuberante, marcado pela presença da "fonte mourisca", reflexo da convecção das massas de ar húmido que vindas de noroeste sobem a serra, não deverão ser feitas alterações topográficas à cota da estrada ou ao perfil dos taludes marginais, sob pena de consequências desastrosas na arborização. Alterações dessas ou, pior, tipo túnel, iriam alterar a circulação da água no solo com efeitos desastrosos para a vegetação. As árvores aqui presentes formam um conjunto com longo tempo de interacção equilibrada.

A partir da Câmara e no sentido do Palácio vemos, do lado esquerdo e até ao Parque da Vila, a encosta de cedros do Buçaco (*Cypripinus lusitanica*). Realçamos como árvores principais do lado direito da estrada, iniciando a longa sequência, uma pimenteira (*Schinus molle*), vários cedros do Buçaco que julgamos que pertenceriam à antiga Quinta do Duche antes de aberta a rodovia, pinheiros de Alepo (*Pinus halepensis*) e um incenseiro (*Pitosporum undulatum*); à entrada da curva, à direita, no vale do rio do Porto, há um belíssimo plátano (*Platanus hybrida*) e ao nível da estrada, de um e de outro lado da via, vêem-se antigos plátanos de grande porte e bom estado de conservação. Já no talude da berm, uma magnólia (*Magnolia grandiflora*) e medronheiros (*Arbutus unedo*) de grande envergadura; para o fim da estrada, continuando no talude à direita, em zona baixa, mais longe do observador da estrada, há o que pensamos serem faias (*Fagus sylvatica*), pinheiros mansos (*Pinus pinea*), um grande cedro do Buçaco, uma árvore de Judas (*Cersis siliquastrum*), um incenseiro e um belo freixo (*Fraxinus sp.*).

Há tantos anos estão estas árvores aqui instaladas que as podemos chamar do "domínio público" e, ainda que não possuindo a consideração jurídica de figura legal, deveriam ser consideradas pela autarquia como um conjun-

to a proteger na sua integridade.

Concretamente, a nossa proposta é que, para o arvoredo da "volta do Duche", que se estende por cerca de 700 metros a partir das casas que se seguem do largo da Câmara e até às proximidades do Palácio da Vila, se crie um estatuto de sítio classificado - para que possa ser administrado e protegido - dado que qualquer alteração irá certamente prejudicar as qualidades de excelência acima referidas.





Ombro a ombro, por Sintra...

Élvio Melim de Sousa

O que é, hoje, Sintra? Nada mais do que um espaço que se tornou sinónimo de património, de museus, de monumentos e de Cultura. E isto apesar de o Concelho deter, na actualidade, grande importância, quer política, quer económica, quer social, não só a nível da Área Metropolitana de Lisboa, como, mesmo, a nível do próprio país.

Quando se ouve, inteiro, sonoro e redondo, o nome de Sintra, sabe-se, desde logo, a que se está a induzir, a referir ou a reportar.

É por isso que Sintra persiste no imaginário português como terra encantada, mágica e legatária de uma riquíssima memória colectiva, simultaneamente local, regional e nacional; e fazendo com que ela seja aquilo que se procura nela, apenas e só uma terra monumental, reconhecida e admirada por todos e acreditada (e creditada) pelas instituições nacionais e internacionais de direito, a fim de que a sua divulgação não esmoreça, ou irremediavelmente pereça no correr do tempo.

A tradição cultural de Sintra, baseada numa assimilação de valores e de patrimónios diversos, acumulados continuamente ao longo da História é, sabemo-lo, e nos tempos que se vivem, a sua maior atracção e a sua principal mais-valia.

Só se vem a Sintra para ver coisas bonitas, para visitar museus e monumentos únicos e para contemplar paisagens deslumbrantes e de cortar a respiração. Todo o 'resto', apesar de também ser Sintra, não 'interessa', ou interessa menos e passa ao lado. É assim e sempre foi assim. Sintra tornou-se, pois, um espaço de Cultura de excelência, onde coabitam todos os tipos de lazer cultural, havendo, sempre à partida, como que uma 'garantia' intrínseca e natural de sucesso e de êxito em

tudo o que ali de cultural seja realizado, inaugurado, divulgado e/ou patenteado ao público, desde que – e isso é condição imperativa, há que frisar – detenha qualidade e bom-gosto.

Este padrão de qualidade e de beleza, verdadeira bitola sensorial do organismo vivo e frágil que é Sintra, terá de ser preservado rigorosamente, até porque, face à concorrência feroz que se regista - não só no âmbito de uma escala nacional, como europeia e global - facilmente os destinos de turismo cultural, ou, tão-só, da simples, ocasional e descomprometida fruição intelectual e de conhecimentos se alteram e se alternam, por vezes, por períodos demasiado longos para se poder, em tempo útil, inverter positivamente essa tendência, ou corrigir os seus efeitos.

Mas, no caso de Sintra, com a sua excepcionalidade reconhecida pela UNESCO, desde 1995, e com todo o enquadramento jurídico daí resultante, aliado, por sua vez, a um território concelhio peculiar e de eleição (mar, orografia, monumentos, tradição), o nome de Sintra extravasa a Vila-Museu e seu imediato *entorno* geográfico, para se alargar a um espaço muito mais amplo. Ou seja, ao ponto de englobar toda a vasta área sob a sua administração municipal, passando Sintra a ser, portanto, não já a Vila-Museu que se referiu, mas sim o autêntico e verdadeiro Concelho-Museu que é.

Todavia, e embora assim funcione o Concelho e abranja o nome Sintra todo o seu dilatado termo, o que se verifica, na prática, é que, para além dos poucos circuitos clássicos de visita e de exploração turístico-cultural disponíveis (quer para nacionais, quer para estrangeiros) e que raramente saem da significativa, mas monótona e corriqueira 'volta tradicional por Sintra', presa à tetralogia

'Vila Velha-Serra-Praias-Palácio de Queluz', nada mais existe de modo pensado, fluido, estudado e correctamente explorado e divulgado, que se possa oferecer a quem nos visita.

O ponto fraco, em minha opinião, reside aqui! Na inexistência de uma alternativa (ou alternativas) qualificada(as) de itinerários culturais variados e opcionais que levem o visitante a ocupar e a rentabilizar o seu muito ou pouco tempo de estadia em Sintra, do melhor modo possível. Porquê, ou para quê 'perder' uma manhã inteira à espera de vez para se aceder a um palácio? Esse compasso de espera podia, aliás, devia, ser bem aproveitado, para bem de todos e, sobretudo, de Sintra. O visitante sairia mais enriquecido pela variedade da oferta; os valores patrimoniais sintrensens localizados fora daquele eixo sairiam, também, beneficiados na sua necessária conservação e na sua merecida divulgação; a pressão sobre os monumentos emblemáticos de Sintra seria menor, contribuindo esse factor para uma melhor gestão da sua salvaguarda; e a frequência assídua dos visitantes a espaços pouco ou nada conhecidos do público em muito contribuiria para uma dinâmica económica e turística das respectivas localidades de implantação.

A todo este 'investimento' acresceria a instalação, imediata, de sinalética histórico-artística junto de cada monumento, quer nos insertos no dito eixo 'Vila Velha-Serra-Praias-Palácio de Queluz', quer em todos os demais implantados no território sintrão. A tabelagem seria simples, cabal, essencial, correcta e acessível, à semelhança do que se faz por esse mundo fora, e já também cá, diga-se, como em Lisboa, Alcácer do Sal, Évora, Palmela, etc.

Sintra seria, assim, parcialmente vista e apreendida correctamente a desoras, sem espartilhos de horários ou de pagamentos de

franquias, para quem, desse modo, assim o entendesse ou desejasse, e isto apenas porque Sintra, a nossa Sintra, é de todos e para todos.

Cabe-nos a nós, portugueses, a sua competente salvaguarda e a sua cuidada perpetuação por este novo milénio, se bem que, em primeiro lugar, essa responsabilidade recaia nos sintrensens. Há que lutar e trabalhar muito por Sintra. Ela merece-o bem.

Em boa hora celebra a Associação de Defesa do Património de Sintra (ADPS) as suas bodas de prata como instituição que vem pugnando, incansavelmente, pela preservação, pela valorização e pela divulgação de Sintra como espaço de Cultura e como local onde se gosta de estar, de trabalhar e de viver.

Os meus sinceros parabéns à ADPS e aos seus associados - nos quais tenho a honra e o orgulho de também me incluir - pelo trabalho desenvolvido no decurso destes 25 profícuos anos de actividade; e votos eternos para que não deixem nunca cair os braços na defesa do bem da nossa terra e em prol da preservação dos seus valores patrimoniais, pois somente com trabalho, abnegação, voluntarismo, dedicação e perseverança se conseguem alcançar quaisquer objectivos.

A exploração mineira e a transformação da matéria-prima, independentemente das suas características minerais, promovem riqueza e, conseqüentemente, aumentam o nível sócio-económico das comunidades directa ou indirectamente envolvidas. Parece-nos, assim, haver interesse em coligir, num relance fugaz, algumas notas sobre os vestígios das antigas explorações mineiras no Monte Suímo, que integra o sistema orográfico da Carregueira, nos seus três aspectos fundamentais, a saber: na História, na Tradição e Toponímia.

Vamos então à História! - As primeiras notícias, escritas, sobre a exploração destas minas, datam do tempo da Romanização e são citadas por Plínio, o Naturalista, cuja obra foi escrita na década de 70 d.C.. Conta-nos este Autor Clássico, referindo escritos de um tal *Cornelius Bocchus* (Plin. 37,24), que no termo de Olissipo, se extraía o *Carbunculus*, com grande dificuldade por causa da argila do solo ressequida. O termo *Carbunculus* designa genericamente uma pedra semipreciosa de cor rubra. Santo Isidoro (GUERRA, 1995, p.140) diz que é a principal de entre as gemas *ardentes* e que se chama assim por ter a cor de carvão, correspondendo ao grego *ántrax*. Plínio refere duas espécies: o *carbunculus candidus* e o *nigrioris aspectus*. Ambas as designações aplicam-se à granada Almadina, simples piroxena, composta maioritariamente por sílica, ferro e alumínio.

A intensa exploração e sequente vitalidade económica na época romana do Suímo legaram-nos, entre outros vestígios, parte do troço de uma antiga via romana, que certamente integrava-se na rede viária da zona Oeste do Município Olissiponense (BIYRNE, 1993, pp. 41-45). O troço, relativamente bem conservado com cerca 600 metros, entre a ribeira do Jamor e o pórtico quinhentista da Quinta do Bom Jardim, é em tudo semelhante a outros existentes na região, independentemente de pertencerem à mesma via. Esta calçada é constituída por pequenas pedras (entre os 5 x 20 cm e 10 x 30 cm), alinhadas longitudinalmente; ladeando a via, há lajes cujas dimensões são próximas de 50 x 50 cm (na secção A-I, ao qual se reporta a foto, as lajes laterais, do lado esquerdo, confinam directamente com afloramentos calcários das Camadas de Almagem - C'A - do Aptiano Inferior; as lajes do lado direito foram inclusas na construção do muro da propriedade construído no Século XVIII). O modelo de construção acima descrito é típico das calçadas medievais. Porém, os numerosos vestígios arqueológicos de *villae* romanas ao longo dos vários troços conhecidos, bem como as lajes que ladeiam a via, na melhor da tradição construtiva romana, levam-nos a

supor a sua origem na época romana, com posteriores reparações em diferentes épocas.

Segundo Paul Choffat (CHOFFAT, 1914, p.187), os quatro fossos (na actualidade apenas restam dois: Mina Grande e Mina Pequena, e muito preenchidos por entulhos e vegetação) resultantes da exploração romana, a céu aberto, não passaram despercebidos em séculos posteriores. Em obras de cariz geográfico e económico, de Autores Árabes dos séculos X e XII, alcançamos novas notícias do lugar e das minas. A mais antiga, a *Geografia* de Ahmede Arrazi (PROVENÇAL, 1953) datável do século X, referencia uma localidade com o topónimo de *Ossumo*, entre Lisboa e Sintra. Outra obra datável do século XII, atribuída a *Yacute*, cita uma "cidade" denominada de *Munt Assum* e/ou *Munt Axyum*; a montanha na qual se encontram pedras *barâd* (fosforescentes) que brilham de noite, como afirma a *Geografia* de Al-Údri (COELHO, 1972). Este topónimo surge grafado de forma variada em alguns códices (cfr. LINDLEY CINTRA, 1954, p.67) mas reportando-se sempre ao mesmo local isto é: ao Monte Suímo. As constantes referencias, em escritos de cariz geográfico, à localidade do Suímo só podem ser entendidas no contexto de importância económica e populacional que manteve, continuamente, durante séculos.

Vários autores referem que as minas voltaram a ser exploradas logo após a Reconquista de Lisboa aos Mouros, em 1147. A exploração sempre ligada à Coroa (directa ou indirectamente) terá perdurado durante toda a Idade Média. O certo é que no inventário dos atavios do Infante D. Dinis, em 1278, figuravam: «*onze pedras jagonças [designação arcaica de Jacintos] de belas almandinas*». Porém, des-



conhece-se em que circunstância foi feita a exploração mineira no Suímo durante a época medieval portuguesa. Sabe-se apenas que D. Brites, Senhora de Belas e filha do Infante D. João e D. Isabel (D. João, filho de D. João I, e D. Isabel, neta de D. Nuno Alvares Pereira), em 1499, le-

gava as minas do Suímo a seu filho D. Manuel I por: «*as julgava tão importantes que, fazendo doação da Quinta e Senhorio de Belas a Rodrigo Afonso de Atouguia, reservou para si as Minas do Suímo, e por sua morte, em 1506, as deixou em legado a seu filho, El-Rei D. Manuel*» (PEREIRA e DIAS, 1906, V. II, pp.269/70). A data do abandono da exploração mineira é completamente desconhecida; no século XVI já não eram exploradas apesar de serem citadas em obras de autores quinhentistas como o grande Garcia de Orta, nomeadamente no seu *Colóquio*

dos Simples, Drogas e Coisas Medicinais da Índia.

No século XVIII, em 1751, no seu *Dicionário Geográfico*, o Padre Luís Cardoso (CARDOSO, 1751, p. 133.) refere que a exploração era feita também em galeria subterrânea: «*monte minado por baixo [...] é bastante cavado, entrando-se nele com luz, com o reflexo d'ela parece que está a gruta armada e guarnecida de galões d'ouro*». Efectivamente existe uma gruta natural na Mina Pequena, nos calcários recifais que rodeiam o filão basáltico, de dimensões reduzidas (15 metros em corredor) e de paredes cobertas de massa estalagmítica. Nas Memórias Paroquiais de Belas de 1758 (AZEVEDO, 1982, pp.149-150), o padre João Chrysostomo informa-nos que a exploração mineira do Suimo era já coisa do antigamente, apesar de: «*ainda se achão / algumas muito pequenas, tem a cor mais escura, que a do rubim, e no riso [brilho] quasi o igualão /-*»; apesar de abandonadas as minas continuavam a despertar a atenção e o imaginário da população local.

Vamos então à Tradição e Toponímia! - Quando em miúdo palmilhávamos as azinhagas de Belas, rumo ao Rio do Porto, estávamos então longe de sabermos a ancianidade desses trilhos ladeados de frondosa e luxuriante vegetação. A estes cenários idílicos ligam-se: um imaginário rico e uma toponímia secular. Contamos a tradição local que a Ribeira do Jamor toma ali o nome de Rio do Porto uma vez que os Romanos utilizariam a via e a ponte de vau como porto de embarque do ouro, recolhido no Suimo, em faluas que desciam todo o curso do Jamor em direcção ao Tejo. Mas, para nós, era o lugar idílico de banhos refrescantes em águas cristalinas.

De aparente raiz latina o topónimo Monte Suimo expressa uma realidade orográfica: *Mons Summus* > Monte mais elevado. Porém, não podemos descurar outros étimos quer de origem pré-latina, nomeadamente do céltico “*Suimm*” que expressa a mesma ideia de monte mais elevado, quer os originados pelas numerosas transliterações árabes como: “*Siyum*”, neste caso precedida de um vocábulo latino: *Mons*.

Entretanto outros topónimos foram aparecendo ao longo dos tempos (a dois níveis: macro

e microtoponímia) e, também eles são fruto da História e Tradição. Alguns estão ligados à memória de antigos proprietários, como o da rua dos Galvões, que perpetua a memória dos Galvões Mexias, ricos proprietários do Casal do Suimo, no século XVIII (vid. texto do prof. J. M. Vargas), ou da Azinhaga dos Machados, que também perpetua a memória de um tal Pedro Machado proprietário, no século XVI, da Quinta da Carregueira, razão pela qual era alcunhado de “Carregueiro”.

Outros topónimos estão ligados intimamente a aspectos hidrológicos: é o caso das quintas da Fonteira, Fonte Santa, Águas Livres, do Tanquinho, do Molha Pão e Águas Férreas; nestes casos a toponímia confirma a importância do complexo oro-hidrológico da Serra da Carregueira quer ao nível das águas pluviais, quer ao nível das águas subterrâneas, testemunhada por abundantes obras hidráulicas de vulto edificadas em diferentes épocas, de técnicas construtivas e funções variadas.

Podemos encontrar, também, alguns topónimos intimamente ligados a aspectos geomorfológicos, bióticos, a regimes jurídicos, antigos, de posse e exploração de propriedades e, por último, mas não menos importante, a teonimos isto é: a determinados Santos. Assim, na área da Serra da Carregueira, encontramos micro-topónimos como São Mamede; Tapadas dos Grilos, dos Coelhoos, dos Penedos Pardos e de Carpeniques. No caso destes dois últimos topónimos, apesar de pensarmos que estão ligados a regimes jurídicos, antigos, de posse e exploração de propriedade (Pardo, s.m. *Ant. Parque ou Coutada*; e Carpeniques possível variante local de Carpentaria isto é: Casal reguengo que pagava foro em carradas de lenha [MACHADO, 1981, t.II, p.622]), mantemos esta nossa opinião *sub judice*, dado a escassez documental na base da nossa investigação.

Para terminar, deixamos um brado de alerta! - Independentemente da discussão em torno de futuros empreendimentos urbanísticos importa realizar um estudo aprofundado e multidisciplinar do Complexo Oro-hidrográfico da Carregueira, para que, no futuro, não tenhamos surpresas desagradáveis e nefastas.

Bibliografia:

- AZEVEDO, José Alfredo da Costa, 1982, «*Velharias de Sintra IV, “Memórias Paroquiais” de 1758-*», edição da C. M. de Sintra, pp.149-150.
- BYRNE, I. Nadal de Sousa, 1993, «*A rede viária da Zona Oeste do Município Olissiponense (Maфра e Sintra)*», Al-Madam, sér. II, n.º 2; Centro de Arqueologia de Almada, pp.41-45.
- COELHO, António Borges, 1972, «*Portugal na Espanha Árabe*». Vol. I, “*Seara Nova*”, Lisboa.
- CARDOSO, Padre Luís, 1751, «*Dicionário Geográfico*». Tomo II, pág. 133.
- CHOFFAT, Paul, 1914, «*Les Mines de Grenats du Suimo*», Comunicações da Comissão do Serviços Geológicos de Portugal, tom. , Lisboa, pp. 194-195.
- GUERRA, Amílcar, 1995, «*Plínio-o-Velho e a Lusitânia*», in: *Arqueologia & História Antiga I*, ed. Colibri, F.L.L., Lisboa, p. 140.
- LINDLEY CINTRA, Luis Filipe, 1954, «*Crónica Geral de Espanha de 1344*», Edição Crítica do Texto Português, v. II, Academia Portuguesa de História, Lisboa, p 67.
- MACHADO, José Pedro, 1981, «*Grande Dicionário da Língua Portuguesa*»; edição Soc. Ling. Portuguesa /Amigos do Livro, tom. II, Lisboa, p.622.
- PEREIRA, Esteves, e DIAS, G.Rodrigues, 1906, «*Dicionário Histórico, Biográfico, Heráldico, Coreográfico, Numismático e Artístico*», Vol. II B-C, pp.269-270
- PROVENÇAL, Lévi, 1953, «*Description de l’Espagne d’Ahmed Al-Razí*», in: *Al Ándaluz*, vol. XVII, Fasc. I, Madrid.

A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO: MANIFESTO EM PROL DE UM ORGANISMO COM ALMA QUE IMPORTA MANTER VIVA

José CARDIM RIBEIRO

«Poor, paltry slaves! yet born 'midst noblest scenes
– Why, Nature, waste thy wonders on such men?
Lo! Cintra's glorious Eden ...»
(Lord Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, 1.XVIII)

Durante décadas os problemas relacionados com a recuperação de um monumento, de um centro histórico, mesmo de uma paisagem, resumiam-se essencialmente à optimização das técnicas interventivas, tendo em vista preservar a autenticidade do bem e, tanto quanto possível, conciliar, sob o ponto de vista da ciência dos materiais, os novos produtos empregues nos restauros com as estruturas originais. Tratava-se, pois, de um assunto eminentemente técnico, no âmbito da engenharia e do restauro, o qual – apesar embora várias diferenças de escola – não constitui hoje motivo de especial polémica, encontrando-se de há muito consensualizados os processos mais eficazes a aplicar.

Porém, desde há alguns anos que se vem a colocar uma outra dimensão do problema. Não já a do equilíbrio material do bem, mas sim a da manutenção das características ambientais próprias dos edifícios e dos lugares, características não apenas ditadas pela essência do próprio objecto, arquitectónico ou paisagístico, na sua originalidade, na sua autenticidade, mas também pelas múltiplas e imprevisíveis marcas da passagem do tempo.

Muitas vezes um visitante não é especialmente atraído pelo estilo de um edifício, pelo rigor urbanístico de um bairro, ou pela raridade de uma espécie vegetal, mas sim por factores aleatórios que, ao longo dos tempos, imprimiram a esses lugares um sabor particular, uma ambiência própria.

Trata-se agora, em última análise, de manter vivo o "génio do lugar", dimensão sensorial que não é mensurável, nem muitas vezes facilmente explicável, mas que quase sempre constitui, afinal, um dos mais significativos sinais de distinção entre cada sítio, cada centro histórico, cada monumento – e, muitas vezes, o principal motivo de atracção que exerce junto dos visitantes.

A nossa época não se contenta com exactidões matemáticas, antes procura as insondáveis subtilezas inerentes ao subjectivo. Usufruir um sítio, contemplá-lo, não se faz só com o cérebro, mas também – e principalmente – com a alma.

Evidentemente que a reabilitação de um centro urbano, a recuperação de imóveis ou de jardins históricos, implicam necessariamente a utilização das técnicas credenciadas, a nível internacional, pela ciência e pela prática. Mas haverá também que saber conciliá-las com a intransigente protecção do "génio do lugar", sob pena de transformar um organismo vivo num simples corpo embalsamado.

Este é um desafio da actualidade, dos nossos tempos, da nossa geração. As soluções não são simples, nem universais, nem mesmo unânimes. Mas há que encarar de frente o problema, evitando sempre as respostas mais fáceis, as intervenções standardizadas, os lugares-comuns. Cada bem patrimonial é um caso singular, e unicamente uma profunda meditação sobre a sua específica personalidade nos poderá conduzir ao caminho mais correcto.

Trata-se de evidenciar e preservar a componente imaterial que envolve um monumento, um centro histórico, uma paisagem, componente imaterial que muitas vezes se cristalizou no imaginário colectivo não só por directa acção das intrínsecas características ambientais de um objecto, de um local, mas também a partir de determinada visão privilegiada a dada altura fixada num poema, num romance, num texto de viagem, numa tela, e que veio ulteriormente a condicionar não só o modo de olhar e de usufruir esse bem patrimonial, mas também a criar expectativas previamente construídas no imaginário dos potenciais visitantes.

Poetas como Lord Byron, escritores como Pierre Loti, ou os pintores orientalistas –

entre tantos outros —, emprestam-nos os seus olhos para, através deles, contemplarmos a realidade. E tanto mais nos sentimos identificados com essa mesma realidade quanto a nossa própria observação coincida com os parâmetros culturais previamente adquiridos, acreditados — e tantas vezes sonhados. Pelo contrário, a inesperada dissonância causará perplexidade e incómodo. O sonho desfaz-se e a desilusão penetra profundamente o visitante. Algo morre dentro de si. Como morto — ou desvirtuado, ou subvertido — se encontrará já, porventura, o *genius loci* do objecto, do sítio em causa.

Como actuar, pois, para preservar, para manter viva essa componente imaterial, esse património intangível — a 'alma' de um sítio?

Em primeiro lugar, torna-se imperioso compreendê-la, interiorizá-la, quer a nível dos seus traços preponderantes, quer quanto a outras diversas facetas mais obscuras e discretas que, no entanto, lhe matizam e melhor definem a sua personalidade própria.

Para tal importa não só analisar detalhadamente o bem patrimonial em causa, em todas as suas vertentes materiais, necessariamente solidárias e complementares, procedendo a uma minuciosa observação directa, procurando desvendar o real-imaginário que se esconde por detrás das aparências, meditando as produções literárias e artísticas eventualmente inspiradas por aquele objecto, por aquele local, sondando ainda as simples opiniões de quem comumente o usufrui e os consensos pouco a pouco assim estabelecidos.

Em última análise, deverá o futuro interventor deixar-se também ele penetrar pelo "espírito do lugar", esquecendo por instantes os seus saberes científicos e técnicos — e, mais ainda, as modas e tendências culturais do momento —, predispondo-se, tanto quanto possível, à apreensão de 'sensações puras'. Deverá também deixar passar algum tempo, amadurecer as ideias, as emoções, e agir sem pressas, imbuir-se do ritmo do próprio lugar e não se precipitar em função de pressões de mercado ou de calendarizações políticas. Uma acção impensada, inadequada e superficial, poderá prejudicar mais um bem patrimonial do que largas décadas de simples abandono; poderá fundamentalmente prejudicar, entenda-se, a sua componente imaterial, a sua dimensão sensível e vivencial.

Acreditamos que na recuperação e valorização de um monumento, de um centro histórico, de uma paisagem, o interventor revela a sua ciência, ponderação, maturidade e qualidade na ordem inversa da visibilidade das marcas que vier a deixar na realidade patrimonial e ambiental pré-existentes, perante o observador comum.

Em questões de património histórico e ambiental, à inteligência e ao saber ter-se-á necessariamente de aliar a humildade, a serenidade e a independência de pensamento. Decerto que arquitectos, paisagistas e outros terão múltiplas ocasiões, ao longo das suas carreiras, de inovar, de mostrar a sua força criativa, de transmitir as suas mensagens personalizadas como artistas e como homens, de marcar o seu cunho na roda do tempo. Mas não — decididamente não — ao actuar sobre o legado patrimonial. Aqui, as intervenções deverão ser minimalistas e forçosamente condicionadas não só pelas especificidades materiais dos bens, mas ainda — e, arriscáramos a dizer, principalmente — pelas suas especificidades ambientais, pelo seu *genius loci*.

Esta é fundamentalmente, como já referimos, uma preocupação da nossa época e, como tal, desde há alguns anos tem ocupado o centro das discussões nas principais sedes pensantes que se ocupam das questões do Património, da Cultura, do Ambiente e do Homem de forma interactiva — como a UNESCO.

E é uma preocupação da nossa época porque a preservação da dimensão imaterial de um objecto artístico, de um local histórico, se prende hoje com o próprio equilíbrio psíquico e afectivo do indivíduo e, em derradeira análise, da própria sociedade.

Vivemos num contexto cada vez mais permeante de não-lugares, de espaços indiferenciados e desumanizados; vivemos cada vez mais sob a pressão dos instantes que se escoam e não mais regressam, das horas e dos anos que passam céleres e se esfumam como nuvens sopradas por um vento constante e implacável.

Os monumentos, os centros históricos, as paisagens, são algumas das principais âncoras que nos restam. Mas apenas se o sonho que sobre eles construimos não se desfizer; apenas se nós, interventores do Património, soubermos manter viva — e mesmo, porventura, revivificar — a personalidade própria de cada sítio, a sua *alma mater*.

ALMOÇAGEME – UMA VENDA À BEIRA DA ESTRADA

Luísa Laborde

Almoçageme, St. André, curva da estrada que vem da Várzea de Colares e segue para a Estrada do Rodízio, a caminho da Praia Grande, ou em direcção a Cascais pela estrada da serra. Fim de semana ou feriado. Um mar de cores, um mar de gente – a que vende, a que vem comprar. Os produtos, hortícolas e fruta, na sua maioria, embora se encontre também flores, pão, doces, até cestaría, estão dispostos consoante a capacidade de venda de quem os expõe, desde pequenas mesas, sacas, alcofas e cestas, abrigadas sob chapéus de sol, até às grandes bancas debaixo de toldos. É a "Venda" de Almoçageme, curiosamente também designada por "Mercado Saloio", "Mercado 25 de Abril" e "Estrada Nova" – é frequente ouvir-se, entre os locais, "ir às compras à estrada".

Percorrendo esta Venda nas horas de maior bulício, pode ocorrer uma pergunta: Como foi o seu início?

Para obter uma boa resposta, nada melhor do que fazer uma pequena incursão no passado, recorrendo à excelente memória de um casal de vendedores, ambos na casa dos oitenta. Oiçamos a D. Umbelina:

"Não havia aqui a venda, era na Volta do Salgado – passa-se a Arriaga, o Pé da Serra, depois é lá em cima. Há cinquenta anos, ali é que eu ia vender – doces, fazia bolos, eram uns limões... O transporte eram cabazes, era nos braços, íamos os dois carregados, o meu marido e eu. Depois já era muito peso. Então vínhamos vender naquela fontezinha, em Santo André: a minha mãe, a Sr.^a Júlia que vendia flores – tinha um burro que vinha carregado com as flores – e uma velhota que eu nem sei o nome dela, chamavam-lhe a Mulatona. Depois é que se abriu a estrada(*) e então fomos para a estrada, onde estamos agora a vender. Depois vieram outros. Um homem que hoje tem cem anos ia para lá vender ginja."

"Houve certas coisas que acabaram e já não voltam – acrescenta o Sr. Alfredo. – Cheguei a levar lá para baixo alfaces de quatro e cinco meses, que me sobravam. Eu criava coelhos e criação para ter estrume para pôr nas alfaces; agora, fazem alfaces em mês e meio e até em menos, tudo à força de químicos. Por isso é que eu digo, não se pode viver daquilo. Às vezes há pessoas que me dizem «Ah! você, com 83 anos,

com esse aspecto, parece um jovem, pois, come coisas boas...». Mas depois, se não for fruta bonita, já não querem comprar. As pessoas compram o que vem de fora, ao que é de cá não dão o valor que deviam dar."

São vozes do presente, com nostalgia do passado.

Actualmente, sendo embora produtores, muitos têm licença de compra e venda; outros têm apenas um documento, emitido pela Junta de Freguesia, referente a produtos de sua própria lavra.

Decerto se poderão adquirir muitos produtos idênticos noutros locais, mas o facto é que esta Venda atrai compradores, num fluxo permanente, de manhã ao fim da tarde. Uns serão atraídos pelo colorido ou pela oportunidade de comprar produtos "da terra"; outros obedecerão à necessidade compulsiva de comprar, tão actual... No entanto, para muitos, já, é o reencontro semanal com alguém conhecido, em cuja honestidade se confia, são minutos de conversa amiga.

Depois, há o mar, tão perto, a escassos quilómetros. Há a Serra de Sintra, irrecusável no percurso da vinda ou do regresso. Vir à Venda equivale a passear, trazer as crianças para o ar livre, em alternativa ao ar viciado e ao convite ao consumismo dos Centros Comerciais. Aqui, o apelo virá do cheiro a pão fresco, das cores que prometem frescura e sabor.

Mudam-se os tempos... Já morreu o último natural de Almoçageme que usava barrete saloio; onde costumava pastar um burro com os alforques carregados de flores existe agora uma loja de artesanato. Mas... talvez nem tanto se tenham mudado "as vontades". O que move as pessoas, na sua busca, consciente ou não, de reencontro com a natureza e de relações humanizadas, será a salvaguarda das suas raízes, da sua identidade e da sua humanidade, que sentem ameaçadas.

Provavelmente, em 2007 a Venda não estará mais na curva da estrada, tendo sido reinstalada num terreno fronteiriço, com melhores condições para os vendedores. Mudam-se os tempos... O que esperamos que não mude é a convivialidade entre as pessoas, o que certamente não muda é a sua qualidade de património vivo, memória e testemunho de uma ruralidade que tem caracterizado a região saloia e o viver das suas gentes...



Fonte em Santo André

* Variante à E.N. 247 construída na primeira metade da década de 70, entre Casas Novas e Santo André.

De Azenhas do Mar com (algum) desgosto

Arq. Francisco Castro Rodrigues

1. Do Património Construído

Permita-se-me começar pelo que me é mais grato e acessível.

Azenhas do Mar é lugar paradigmático das profundas alterações que o tempo e os humanos impõem à Natureza, descaracterizando terras e povoados. Aldeia milenária mas afastada dos centros de decisão, alguns dos seus males são aí desconhecidos. Vem, contudo, nos mapas e é citada em tudo o que de turismo trate. Como exemplo, destacamos um boletim dos CTT, o "Clube do Coleccionador", que dá a imagem das arribas e suas azenhas numa gravura do século XV — invertida, por sinal. Ali se vê o transporte do produto das moendas para o povoado, em carreiro público, hoje cortado.

De azenhas — os nossos moinhos de água — teriam existido umas seis, três das quais ainda vi trabalhar e outras duas, em ruínas, por sinal exemplares raros na Península Ibérica, porque de roda dupla.

Deste património resta pouco. Há o complexo do "Palácio" obra reconstruída após o Terramoto, ao estilo pombalino, quicá sobre fundações moçárabes e hoje em parte, mascarado à moda nacional-neorriquista.

Na verdade, porém, o "verdadeiro Palácio", ficaria ao lado, na casa nobre da grande propriedade rural hoje atafalhada de construções "*ad hoc*" e onde se ostenta ainda placa evocativa da estadia real de D. Maria e seu consorte esposo.

Outro exemplo de arquitectura genuinamente salaio é a "Casa do Maceta", velha residência de família antiga e abastada, do século XIX — se não mais — e onde estaria uma das seis azenhas. Por suas características e integração no local foi motivo de uma bela aguarela de Paula Campos, adquirida pelo Museu Nacional Grão Vasco, em Viseu.

Ainda deste período temos o corpo principal da antiga propriedade dos Palma, recuperada com muito carinho e saber, inscrita num conjunto mais recente mas perfeitamente integrado.

Há, também do século XIX a antiga casa de Alfredo Correia, o "Galo Branco", assim chamado porque sempre vestido de branco. Conhecido por "agulha e dedal", o palacete devia a alcinha ao seu torreão gracioso e elegante, adocado ao bloco maciço da residência senhorial, com telhado pontiagudo e esbelto, agora arrasado e substituído por orla de ameias à maneira do Castelo dos Mouros.

Em abuso de oportunidade, lança-se aqui um alerta, pois há possibilidades de se ver des-

truir o único sinal cultural desta terra, com a construção ali de um "posto de transformação" da EDP (ou REN, não sabemos) mas cuja localização definitiva cabe à Câmara Municipal decidir.

É curioso lembrar que o "sítio" é um monumento — o Banco Memória — ao Mestre Emílio de Paula Campos (1884-1943), residente notável e que muito contribuiria para o conhecimento da região através de seus quadros e acção de projectista. O Museu Regional de Sintra tem alguns — oferta nossa — é há outros no Museu de arte Contemporânea, em Lisboa; já se citou o de Viseu, entre muitos outros em galerias particulares.

O monumento simples, como era Paula Campos, louva a acção do Professor e reformador do Ensino Técnico Oficial, criando as duas únicas Escolas do país, de Arte Aplicada, uma em Lisboa, a António Arroio, outra no Porto. Foi erigido por projecto oficialmente aprovado — e de autor — para um pequeno espaço triangular junto ao largo que já fora chamado "de Paula Campos"; foi iniciativa de antigos alunos, artistas e amigos.

Paula Campos fora o professor da geração de artistas dos mais notáveis entre nós e que — honra lhe seja — nunca esqueceram o mestre.

A autorização para a construção foi condicionada: manter o terreno limpo e a árvore então existente e passar à propriedade do Estado, quando concluído.

Contudo... aí veio a construir-se retretes públicas (!), uma cabina telefónica e um abrigo metálico para passageiros de autocarros, que o tempo e a maresia derrubaram. Hoje, em substituição, foi bem colocado um outro, enfim, aceitável por que útil.

A "estória" não acabou pois veio a construir-se ali a caricatura de uma azenha, qual "Portugal dos Pequeninos" e a 100 metros da velha, a autêntica, que só precisava de uma restauração. Talvez por isso veio a ser, com algum escândalo local, transformada num restaurante...

Finalmente, há dias, vem um técnico ao que se julgou, da EDP mas que é da Câmara, àquele mesmo local: escolhera-o para implantar um posto de "transformação". Alguém, dos acompanhantes, estupefacto, exclamaria:

"— Aqui?! Então e o monumento?"

A resposta veio célere:

"— Deita-se abaixo!" — E "prontos".

Esperemos, pois, para ver. O Mestre Paula Campos é parte do nosso Património Cultural.

Nesta terra também houve um hotel, o "Bela Vista" em "chalet" em estilo toscano do século XIX; antiga propriedade da família Masetti, hoje desfigurado, arrancado o seu telhado amansardado, destruído o airoso torreão e remate delicado de onde se avistava magnífica panorâmica da região, de grande amplitude e beleza.

2. Da Paisagem Protegida

A "morte" das "férias grandes" veio trazer a estagnação e o declínio da Aldeia. Nestes três meses, de lazer e descanso, revigorantes, aqui se fixavam famílias em sadia simbiose social, concertavam-se amizades (e casamentos!). Promovia-se o convívio franco e a solidariedade.

Economicamente, a terra progredia, desenvolvia-se certa indústria caseira e o artesanato, então de raízes tradicionais, como a cestaria.

O próprio pinhal, de predominância do manso, frondoso e centenário, abrigava jovens e velhos em divertido convívio. Era o "Pinhal do Freitas", o preferido; próximo da povoação, situava-se sobre um grande morro de areia, de onde se avistava o mar e servia para alegres pic-niques colectivos.

Recentemente, sem se dar por isso, desapareceu. Areeiros, cúmplices da betonização do território, arrancaram os pinheiros e arrasaram o morro..

Mas a grande transformação vem com o desaparecimento das vinhas – de areia – que nos davam o precioso "ramisco" (o "que ia às mesas dos reis"), cultura outra, valiosa e importante para a economia local, próprio e específico do sistema dunal da região.

As vinhas eram a paisagem emblemática mais conhecida (pudera!) com a sua quadrícula de "abrigos", sistema ideal para proteger das espumas das marés vivas, carreadas pela ventania dos invernos, aqui e então rigorosos.

Das canas restaram os rizomas que floresceram e vão-se reproduzindo a repovoar todo o território com novas manchas verdes, só que para nada presta nem há burros para comer suas folhas, outra espécie aqui em extinção.

A partir dos anos 40, começa a verificar-se a ocupação selvagem da várzea marginal ao rio dos Moleiros, desaparecendo os espaços públicos e rota de "guarda-rios"; desapareceram os choupos que bordejavam o rio, ficando até há pouco apenas um ou dois exemplares destas elegantes árvores, lá para montante.

O rio dos Moleiros corre (pouco) entre muros e paredes de vedação, qual caneiro de Alcântara mais pequeno.

As matas de tramagueiras, das encostas, sobretudo da arriba sul, desde a Eira do Moinho (de vento de que havia dois, pelo menos) desapareceram e com elas foram-se os bandos de passarinhos que ali se aninhavam para gozo dos

miúdos em exercício de tiro ao alvo com as físgas de seu fabrico.

3. Das Fontes Públicas.

Algumas destas fontes ainda "dão" água e têm vindo a ser ornamentadas ao gosto geral de certo barroquismo de azul e branco, mas algumas há ainda sem esses novos arrebiques. Os níveis freáticos foram secando com a desertificação e urbanização galopantes e seus cursos foram desviados sem qualquer utilidade.

As fontes existentes, pois já pouca água apresentam, como a Fonte Caída, ao abandono hoje, a Fonte do Bengalas recentemente restaurada, é abastecida pelos SMAS.

Havia a Fonte do Prego, a caminho da Praia da Aguda e a Fonte do Mar sob graciosa gruta natural, hoje entaipada. Em recinto particular estava a Fonte se S. João e, como oferta de proprietários contíguos apareceu a Fonte de S.º António – que hoje não dá água – e que muitos chamam de Fonte do Povo.

Resta-nos a Fonte do Mindelo, na raia entre a Praia das Maças e a do Arção, célebre porque já deu vinho.

4. Do Património Natural

Profundas alterações houve no litoral onde a erosão natural é difícil de controlar e que a acção do homem sobretudo vem acentuando.

Grave perda foi, porém, a derrocada em noite tempestuosa da "Esfinge", monólito gigantesco, isolado da falésia configurando uma cabeça humana; bloco de rocha que nascendo da praia subia à Esplanada Oceânica.

Foi fotografada por turistas e visitantes que por ali passavam e tema de aguarela de Paula Campos e de um óleo de Pomar, quadro que ele tomou para a sua colecção particular.

5. Do Clima, finalmente

Com a perda de tantos espaços verdes, de cursos de água e lençóis aquíferos (o rio dos Moleiros quase seca no Verão); com o aumento da "pressão urbana", do alcatrão e de outros factores, o clima modifica-se naturalmente.

Assim, de há certo tempo deixou de haver os nevoeiros húmidos típicos dos meses de Julho e Agosto, tão característicos do nosso litoral (como impertinentes), passando a contar-se agora mais tarde – até há poucos dias, com uma bruma seca, asfíxiante, parda, acastanhada, trazida do oceano pelos ventos predominantes.

O Verão é cada vez mais quente, prolongando-se, agora sem interrupção ao S. Martinho, com lindos dias soalheiros e grandes, extensas praias, do Magoito ao Arção. Mas desapareceram os alcabozes, peixe de rocha outrora abundantes, bem como as colónias de

mexilhão e percebes, hoje de perigosa digestão — quando os há — devido aos esgotos que os inundam.

6. Mas, o que fazer?

Precisávamos de ter um autarca residente ou aqui fixado que levasse Azenhas do Mar ao reconhecimento e à atenção das entidades oficiais, transformando boas intenções em realizações de facto.

Precisamos de uma espécie de "polis" pequenina para trazer de novo a várzea do rio dos Moleiros repovoadas de árvores e arbustos tradicionais, recuperando o seu *facies* anterior sem construções abusivas, ordenando aquelas que poderiam ficar.

Seria útil que se ensinasse essa gente "das Estradas" que tais vias, ao entrarem nos povoados passam a ruas, avenidas (com nome), "urbanas" pois, com os perfis adequados e próprios à segurança de peões, adultos, velhos e crianças.

Alguém que proibisse de vez, as bizantínicas parolas de alguém julgado com "poder" (e o dinheiro dos contribuintes) volte a enfeitar espaço e estradas com aquele arraial primário implantado entre Azenhas do Mar e Fontanelas.

Alguém com sensibilidade, que visse o caos (e a vergonha) do emaranhado das redes aéreas de energia, qual teias gigantescas de aranhas sobre nossas cabeças, cortando vistas e paisagens (estamos no século XXI!).

... e essas "cabeleiras" com que agora se ornamentam os topos dos Postes que sustentam tais cabos.

E ...

Azenhas do Mar
Outubro de 2006

O que é isso de Protecção Civil?

José Pedro Caetano

Esta designação – Protecção Civil – tem quase tantos significados quantos aqueles a quem perguntamos opinião. Para uns, o conceito de Protecção Civil é tão apertado que apenas lá cabem os acidentes com mais de vinte e cinco vítimas mortais (catástrofes); enquanto que, para outros, o conceito é tão largo que engloba um buraco no alcatrão que provoca o simples rebentamento de um pneu.

Seja como for, ao longo da nossa História, têm sido tomadas diversas medidas visando a protecção das populações e que, de algum modo, podem ser consideradas como a génese da Protecção Civil. Nesse âmbito destaca-se, pois, a legislação promulgada, em 1395, por D. João I que, ordenando aos carpinteiros da cidade de Lisboa que acorressem aos incêndios e que com os seus machados os atalhassem, pretendia salvar pessoas e bens. E isto é Protecção Civil. Mas o seu modelo manteve-se durante muitos e bons anos arredado de uma organização de nível e eficácia nacionais, tendo sido somente a partir de meados do século XIX, com a implementação do voluntariado, que se construiu uma malha de associações de bombeiros voluntários que, pela primeira vez na nossa História, garantiu a cobertura de todo o país. Mais tarde, já em plena 2ª Guerra Mundial e com receio do alastramento do conflito a Portugal, o governo de Salazar criou a DCT – Defesa Civil do Território, organismo integrado na Legião Portuguesa, cujos objectivos visavam, em particular, a protecção das populações contra os efeitos dos bombardeamentos. Para isso, a DCT distribuiu também algum equipamento e manuais pelos bombeiros, tendo-lhes igualmente garantido instrução. A DCT, no entanto, esteve particularmente activa no final da Guerra e início da chamada Guerra Fria quando procurou inculcar noções básicas de segurança a uma população que, pela primeira vez, ouvia falar em bombas atómicas.

Com a queda do regime e sequente extinção dos seus organismos emblemáticos, criou-se um vazio na área da Protecção Civil, o que, uma vez mais, foi colmatado pela acção dos corpos de bombeiros. Mas, em 22 de Fevereiro de 1975, através do Decreto-Lei nº 78/75, foi criado, na dependência do Ministério de Defesa Nacional, o Serviço Nacional de Protecção Civil.

Ainda recentemente, a Protecção Civil sofreu mudanças com a introdução do Serviço Nacional de Bombeiros. Até porque a multiplicidade de organismos com intervenção directa nesta área de capital importância para o bem-estar e segurança das populações tem dificultado sobremaneira a estabilização do sector.

Constatou-se que, recentemente, o Governo entendeu reunir num único organismo os Bombeiros e a Protecção Civil. Ficou-se, pois, na expectativa que desta união resulte algo mais do que a soma de duas estruturas que, muitas vezes, têm estado de costas voltadas, funcionando como *lobbies* organizados, preocupando-se apenas com a defesa dos seus interesses, o que claramente se reflecte na guerra travada em torno do nome do novo organismo.

Mas, ao deixar de fora o INEM, o Governo cometeu – quanto a nós – um erro crasso, porque não existe Protecção Civil sem a componente da saúde. Razão esta que já foi apreendida na vizinha Espanha, onde funciona (e bem) um modelo integrado de múltiplas componentes, entre as quais a emergência médica. Até porque os exemplos que nos vão chegando de todo o mundo reforçam a necessidade de uma prestação de socorro médico imediato e especializado, como se tem verificado em catástrofes recentes, nas quais, e no âmbito da prestação de auxílio internacional, Portugal tem vindo a intervir, ainda que essa participação por questões financeiras seja, por vezes, cortada. Mas dever-se-ia, porque estas actuações são uma fonte valiosa de ensinamentos reais, apostar nessas colaborações e aproveitar os seus ensinamentos, porquanto constituem ferramentas valiosas para melhorar o sistema, o qual tem de ser entendido como um processo dinâmico e de aprendizagem constante, de forma a lidarmos melhor com as nossas próprias fragilidades.

Refira-se, por outro lado – e na continuidade do que vem sucedendo pelo menos desde o século XIX – que não existe Protecção Civil sem os Bombeiros, homens e mulheres que estão sempre na primeira linha, defendendo as populações, os seus bens e as florestas. São, na realidade, os primeiros a intervir nos acidentes, independentemente da sua natureza, e, por isso, possuem já (de uma forma geral) meios e equipamentos e todo um *background* de conhecimentos que se apresentam como absolutamente fundamentais para a segurança dos cidadãos.

Também as forças de segurança constituem peças importantes na implementação do conceito de Protecção Civil; assim, a Guarda Nacional Republicana (cinco estrelas aos novos agentes destinados ao fogo florestal), a Polícia de Segurança Pública e as polícias municipais, ao garantir a segurança, quer das populações afectadas, quer elementos de socorro, são indispensáveis em caso de sinistro.

E, no âmbito do conceito lato de Agentes de Protecção Civil, importa referir a Cruz Vermelha Portuguesa, prestigiosa instituição que tem permanecido arredada da discussão, mas

à qual importa definir que papel irá desempenhar na redefinição das peças no tabuleiro da segurança civil.

A tudo isto deverá juntar-se uma outra questão primordial: deverão os militares integrar a Protecção Civil? Na verdade, este exercício causa ainda muita agitação no meio. Se numa primeira fase, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil foi dirigido por militares, os seus detractores sempre tentaram forçar a sua saída, com o argumento de se tratar da protecção de civis e não de uma questão de armas. Posição que se esqueceu que é a instituição militar quem possui meios, equipamentos, estruturas e pessoal habilitado que excedem, em muito, a capacidade da sociedade civil e, por isso, se não forem os militares a intervir em certas situações específicas, não existe quem o possa fazer, como sucedeu na tragédia de Entre-os-Rios, constituindo inequívoco exemplo do aqui postulado. Assim, cremos na pertinência de uma outra questão: justificar-se-á, num país com a nossa dimensão, condição social e económica, despender-se súpero esforço na duplicação dos tais meios, equipamentos, estruturas e pessoal habilitado? Se até a própria França chegou à conclusão que era mais eficaz e rentável equipar e treinar algumas das suas unidades de engenharia militar para combater os fogos florestais que costumam flagelar o sul, quando sopra o *foen*, o vento quente e seco que desce dos Alpes. Hoje, os militares constituem peça fundamental na orgânica da Protecção Civil gaulesa.

Financiamento de Protecção Civil.

Encontra-se ainda por definir o papel a desempenhar nos incidentes pelos representantes das estruturas de Protecção Civil a nível superior ao dos municípios. Pois, se por um lado, se reconhece o fundamento que conduz à existência de um comando e coordenação piramidal, por outro cabe às autarquias a resolução dos problemas (fornecimento de meios), sendo os custos dessas intervenções imputados, numa primeira análise, às câmaras municipais. Ora sucede que muitos autarcas já questionaram a legitimidade de serem outros a tomar as decisões, cujos custos vão ser pagos pelos municípios, uma vez que os financiamentos para fins de Protecção Civil são praticamente inexistentes, à excepção das verbas provenientes da CNEFF e de um ou outro sub-programa europeu. Este facto define um dos problemas centrais do tema que temos vindo a equacionar, o do seu financiamento. Será uma estrutura 100% profissional arcando o Estado (ou as autarquias) com os custos totais da organização? Ou, antes pelo contrário, deverá acreditar-se, também aqui, e a par de elemento profissionais, no voluntariado?

Para a maioria das pessoas, no entanto, o conceito de Protecção Civil está ligado à

“protecção do indivíduo membro de uma sociedade”, existindo alguma dificuldade das populações em absorver os conceitos de coordenação geral que competem à Protecção Civil. Nesse sentido, crêem (e exigem) uma Protecção Civil interventora. Fenómeno que se regista, com particular clarividência, ao nível dos municípios dada a maior proximidade do poder local dos cidadãos, para onde são canalizadas informações e ocorrências que, em abono da verdade, pouco ou nada têm a ver protecção civil (competindo a outros serviços autárquicos ou, mesmo, ao Estado), mas que não deixam de ser os problemas que atormentam a vida de todos nós.

E Sintra?

PROTECÇÃO CIVIL é aquilo que nós todos fizermos dela.

MÚSICA TRADICIONAL

Contribuição do Grupo Folclórico e Cultural da Rinchoa - Sintra

A partir mais ou menos do século XIX surgiram, entre nós, músicas e danças provenientes do exterior que o povo por sua vez adaptou às suas tradições populares tendo contribuído, em grande parte, para a sua divulgação: as Filarmónicas, os cavalinhos, os tocadores de bailes, os sol-e-dós e as tunas que no meu entender, foram os mais importantes difusores dessas espécies citadinas, pela preponderância que tiveram na animação das festas, dos bailes, dos concertos nos coretos das aldeias, das vilas ou das cidades onde essas novas espécies musicais eram interpretadas.

Dessa incidência resultou o aparecimento de novas formas de danças e de melodias mercê das influências com que o povo, naturalmente, as impregnou. A mensagem musical difundida por esses agentes culturais, deu, pois origem a que o povo das nossas aldeias se apropriassem de outras melodias e de outras danças: das valsas, das polcas, das mazurcas, das xotiças etc., que o povo naturalmente recebeu, adaptou, deu uso e após o processo aculturativo passaram a ser também partículas das suas características culturais, da sua personalidade e, com o decorrer dos tempos, penetraram nos costumes da comunidade que as recebeu, passando a fazer parte do seu património lúdico.

Os antropólogos e os etnólogos, acordaram há poucos anos num princípio que diz que tudo aquilo que um povo recebe de outro povo, assimila à sua maneira de ser e mantém pelo menos cem anos, passa a ser próprio desse povo, embora a sua origem não esteja nele.

Ora tendo em conta esse princípio, não poderemos deixar de considerar como músicas e danças populares alguns vairs, a moda a dois passos o passo de quatro, o passo largo, e outras danças só porque as suas estruturas músico-coreográficas tiveram as suas origens respectivamente nas valsas, nas mazurcas e nas polcas, que vieram do estrangeiro.

De uma maneira geral, os hábitos sociais e os modos de vida da aristocracia e da burguesia, pelo menos os da alta e média burguesia, são internacionais.

A burguesia e aristocracia portuguesa do final da idade média e dos séculos XVI a XIX dançaram, como no resto da Europa, ao som das músicas suas contemporâneas.

Já a partir dos anos quinhentos se verificaram frequentes casos de danças cortesãs que passaram ao povo que, por sua vez as adaptou à sua mentalidade: a exemplo da pavana, da galhar-

da, da giga, do minuete etc. Mas ao longo do século XIX, tal fenómeno tornou-se ainda mais frequente: as transformações sociais e sociológicas consequentes do liberalismo, e o próprio progresso técnico que caracterizaram o século XIX, tiveram uma profunda repercussão em determinados aspectos dos usos e costumes do povo.

É de certo modo um momento, senão de viragem, pelo menos de grandes alterações nos costumes populares portugueses, alterações essas que se repercutiram não só no vestuário, como na música, nas danças etc. Grande número de cantigas e de danças burguesas, foram então importadas e assimiladas pela nossa gente à sua maneira.

Entendem alguns, aos quais modestamente me associo, que não se pode rever apenas como espelho ou reflexo da elevação social do povo, a arte erudita.

A sabedoria popular não deve merecer menor atenção. São tão importantes uma como a outra.

Os seus testemunhos são corolários vitais de cada povo e as cantigas, as danças, as músicas são documentos colectivos que fazem parte das terras das regiões e dos países.

Sabe-se que no século passado, nomeadamente nas cidades, nas vilas e aldeias e nos meios mais desenvolvidos onde as danças populares deixaram de ser entretenimentos das populações, sendo o seu lugar ocupado pela dança e música citadinas nos salões de baile da burguesia. Porém, as danças de salão, das quais ainda hoje se encontram raízes no nosso folclore, já muito pouco tem de comum nos aspectos coreográfico, melódico, e rítmico com as que foram utilizadas de início pela burguesia. Há radicais transformações nesses exemplares, tendo em conta as espécies originais, de proveniência citadina que serviram de modelo ao povo humilde das nossas povoações. É que essa gente simples das aldeias, ao ouvir tocar e ver dançar essas espécies vindas do exterior - a que, aliás deu os mais variados nomes a seu belo prazer - usou-as e adaptou-as ao seu génio particular, dando-lhe o cariz popular... e o tempo fez o resto.

TRAJO SALOIO

Contribuição do Grupo Folclórico e Cultural da Rinchoa - Sintra

Cerca dos anos de 1790 a 1836, a Saloia, espartalhona, astuciosa e petulante, enfeitava com os seus encantos pessoais, sua alegria saudável e agreste e graça natural no modo de vestir, os casquilhos de Lisboa, quando vinha entregar às freguesas espartilhadas, a roupa branqueada à força de coloreto, ou vender-lhe queijos, ovos, galinhas e os primores dos hortezos e pomares.

Era vê-la lesta, janota e vistosa, de rosto sadio tisonado pelo sol, bochechas maciças e vermelhuscas, com a sua andaina (conjunto de peças de vestuário), fresca, num conjunto harmonioso: a saia de seriguilha, pouco rodada comprida quase tocando o chão, de cor fulva e barra escarlata, que solfraldava em refegos e arrepanhos para melhor se acomodar nos grosseiros albardões dos pacientes jumentos que em trote miúdo ou passo travadinho a conduzia até à cidade de Lisboa. Cingida ao corpo, a modelar-lhe o busto e a soerguer-lhe os seios firmes, a vasquinha, de tons flamantes, púrpura ou alanranjado, com bandas de cetim azul pavão, toda fechada até ao pescoço; mangas terminando a dois terços do braço, e botões nos punhos e no peito; inverno fora, quando o frio aperta, lançava pelos ombros o mantéu de baetão verde, de rebuç e sem pregas, tendo como atavio o debrum de fitilho (fita estreita geralmente de veludo), cor-de-rosa ou carmesim.

Não dispensava as pesadas botifarras de cano alto, de cabedal escuro ou coiro atinado, grosseiro e crespo.

O mais bizarro deste inconfundível traje, era a "carapuça", espécie de crista atrevida das pintainhas ou galinhas da Índia.

Esta cobertura pitoresca, constituía para a saloia a sua maior gala. Era adornada na frente com tecido de cor garrida e calçava um lenço alva-dio; este por sua vez, sobreposto por um outro lenço de cabeça, enramalhetado com enfeites sarapantões num fundo róseo listado de uma cor magenta.

A saloia aconchegava-o à cara, deixando livre o penteado, apartado a meio, donde pendiam as riçadas melenas.

Dobrava-o em diagonal e atava-o graciosamente sob o queixo, em duas laçadas pendentes na frente, lembrando as orelhas tombadas das mar-rãs.

O lapuz ou homem do campo, da grei saloia, de média condição quando se ataviava a rigor, nos dias solenes ou de ver a Deus, era dum requinte irrefragável no garbo simplório do vestuário, com pormenores extravagantes: niza (jaquetão) de saragoça cor de pinhão, ajustado e muito curto; camisa alva (branca), com grandes e espetados colarinhos sem goma, entaipando-lhe as orelhas e os matacões; a roqueira acatitada com tufo e bordados desajeitados.

Calções de burel (tecido grosseiro em lâ), ou de surrobeco azul, golpeados na costura exterior da perna e ornados com guarnições de botões, muitas vezes de prata. Meias de lâ branca, feitas do novelo, aos serões; apertadas sempre com nastros de ourelo encarnado, um pouco acima da barriga da perna.

Em redor da cintura, uma faixa preta ou vermelha de muitas voltas para comprimir o estômago e suster os calções.

Botas de cano alto de biqueira adelgada e tromba erguida.

Na cabeça, como apanágio, um ostentoso chapéu de copa alta (cartola), "Coscujeiro" na terminologia arcaica, "zabumba" de pêlo de castor, estreitamente estrangulado na parte média.

O Saloio colocava-o com deselegância (às três pancadas), atirando-o para a nuca num negligente menosprezo.

Acompanhava-o sempre a "Racha" ou varapau de marmeleiro rijo, não só quando ia às feiras da Malveira, das Mercês ou de São Pedro de Penaferrim, ou até quando ia de visita ao compadre, ou procurava a futura "patroa", para com ela estabelecer acordos sentimentais.

TRAJES DO GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA RINCHOA - SINTRA

CERIMÓNIA

MULHER

| | | |
|--------------------|---------------------------|------------|
| MÓNICA SUSANA | Mordoma | Século XIX |
| JOAQUINA RODRIGUES | Senhora Casada | Século XIX |
| HELENA LAVRADOR | Senhora Casada | Século XIX |
| ISABEL REIS | Senhora Casada | Século XX |
| SANDRA ESTEVES | Menina Solteira | Século XIX |
| SÓNIA RIBEIRO | Menina Solteira | Século XIX |
| ANA RITA | Menina Solteira | Século XIX |
| RAQUEL FRANCO | Noiva Rica | Século XIX |
| ANA VEMÂNCIO | de ir à Missa de Solteira | Século XIX |
| ALDA SOFIA | Menina Solteira | Século XX |
| MARIA DO ROSÁRIO | Senhora Casada | Século XIX |
| ISABEL REIS | Senhora Casada | Século XX |
| CELESTE COSTA | de Missa de casada | Século XIX |

HOMEM

| | | |
|-------------------|--------------------------|------------|
| JOAQUIM RODRIGUES | Casado | Século XIX |
| JOSÉ MELO | Casado | Século XIX |
| ANTÓNIO ROXO | Casado | Século XIX |
| JOÃO PÓVOAS | Casado | Século XX |
| JORGE MONTEIRO | Casado | Século XX |
| VICTOR FRANCO | Casado | Século XIX |
| NUNO BUSCA | Solteiro | Século XIX |
| DANIEL | Solteiro (Janota Saloio) | Século XIX |
| RENATO GONÇALVES | Noivo Rico | Século XIX |
| LICÍNIO PEDROSA | Campino | Século XX |
| RUI REIS | Casado | Século XX |
| JOÃO PEDRO | Solteiro | Século XIX |

DOMINGUEIROS POBRES

MULHER

| | | |
|-------------------|----------------|-----------|
| TANIA SERÓDIO | de ir à Fonte | Século XX |
| RAFAELA RODRIGUES | de ir à Escola | Século XX |
| CARLA SOFIA | de ir à Escola | Século XX |
| DANIELA | de ir à Escola | Século XX |

HOMEM

| | | |
|---------------|----------------|------------|
| ANDRÉ MACHADO | De ir à Feira | Século XIX |
| JOSÉ MANUEL | Alimpa Camines | Século XIX |

TRAJES DO GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA RINCHOA - SINTRA

| | | |
|----------------|-------------------|------------|
| MARAVILHAS | Domingueiro Pobre | Século XIX |
| ANTÓNIO JOSÉ | Domingueiro Pobre | Século XX |
| NUNO GONÇALO | De ir à Escola | Século XX |
| JOÃO GONÇALVES | Domingueiro Pobre | Século XX |
| HELDER SANTOS | Domingueiro Pobre | Século XX |
| BRUNO | Domingueiro Pobre | Século XX |
| CARLOS SILVA | Domingueiro Pobre | Século XX |

DE TRABALHO

MULHER

| | | |
|---------------------|-----------------------------------------|--------------|
| ALDA SOFIA | Vendedeira de Queijo Saloio | Século XIX |
| CAROLINA | Vendedeira Limões | Século XX |
| CARLA MARTINS | Vendedeira de fruta | Século XIX |
| BENILDE MENDES | Leiteira de Porta a Porta | Século XVIII |
| MARIA GORETE | Padeira de Porta a Porta | Século XVIII |
| ANDREIA | Vendedeira de Hortaliça, ovos, Galinhas | Século XVIII |
| ANA RITA COSTA | Lavadeira | Século XVIII |
| JOANA MARQUES | Lavadeira | Século XIX |
| JOANA SANTOS | Vendedeira de Fruta | Século XVIII |
| DANIELA MARAVILHAS | Vendedeira de Nabos | Século XIX |
| CARLA RIBEIRO | Vendedeira de Queijadas | Século XIX |
| CONCEIÇÃO RODRIGUES | Vendedeira de Queijadas | Século XX |
| FILIPA REIS | Vendedeira de Bananas | Século XIX |
| CATARINA CARDOSO | Vendedeira de Laranja da China | Século XX |
| EMÍLIA MARTINS | Lavadeira | Século XX |
| TERESA VENTURA | Vendedeira de Morangos | Século XX |
| MÓNICA LACHAND | Vendedeira de Figos | Século XX |
| DIANA MARAVILHAS | Trajo de ir à Escola | Século XX |
| RAFAELA RODRIGUES | Trajo de ir à Escola | Século XX |
| ANA RAQUEL | Mulher da Eira | Século XIX |
| CÁTIA CARDOSO | Vendedeira de Castanha Assada | Século XX |

HOMEM

| | | |
|-------------------|----------------------------------|------------|
| FRANCISCO MANUEL | Trabalhador de Enxada ou Cavador | Século XIX |
| BRUNO MIGUEL | Guardador de Perus | Século XIX |
| RUBEN SILVA | Aguadeiro | Século XIX |
| VICTOR FRANCO | Capataz | Século XIX |
| RICARDO FACHINA | Vendedor de Goraz | Século XIX |
| LICÍNIO | Canteiro de Pedra Mármore | Século XIX |
| MANUEL MOURA | Boieiro | Século XIX |
| VICTOR HUGO | Carroceiro | Século XIX |
| SÉRGIO SANTOS | Vaqueiro | Século XIX |
| GREGÓRIO RASTEIRO | Malhador | Século XX |
| ARTUR MARINHAS | Ferrador | Século XX |
| CARLOS ANDRÉ | Trajo de escola | Século XX |



Esta edição, comemorativa do 25.º aniversário da Associação de Defesa do Património de Sintra, só foi possível graças ao enorme empenhamento de alguns sócios e de todos quantos graciosamente colaboraram neste trabalho.

Bem hajam!

Sintra, 17 de Outubro de 2006



Rua Fresca - Sintra Vila